

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO –  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA: AS QUEIXAS DA POPULAÇÃO  
CARIOCA NA DÉCADA DE 1920.**

**TATIANA DE SOUZA CASTRO**

**NOVA IGUAÇU  
2010**

**TATIANA DE SOUZA CASTRO**

**UM EXERCÍCIO DE CIDADANIA: AS QUEIXAS DA POPULAÇÃO  
CARIOCA NA DÉCADA DE 1920.**

Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora:  
Prof. Dr. Surama Conde Sá Pinto.

**Nova Iguaçu  
2010**

**Tatiana de Souza Castro**

**Um exercício de cidadania: as queixas da população carioca na década de 1920**

**Monografia apresentada ao Programa de Graduação em História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História, do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

**Banca Examinadora:**

---

**Prof. Dr. Surama Conde Sá Pinto. (Orientadora)**

---

**Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento**

---

**Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile**

## AGRADECIMENTOS

Eis que chega o momento de fazer os devidos agradecimentos a todos que contribuíram para que este trabalho se realizasse, bem como para a conclusão desta graduação, participando deste período que provocou tantas mudanças em minha vida.

Primeiramente gostaria de agradecer a minha orientadora Prof. Dra. Surama Conde Sá Pinto, por ter me incentivado desde o primeiro momento em que demonstrei interesse por estudar a Primeira República Brasileira, elaborando um projeto de pesquisa no qual pude entrar em contato com esta temática que tanto me interessava. Nestes anos de orientação tive ao meu lado uma professora que esteve sempre disposta a me ajudar e contribuir para o meu crescimento acadêmico, *puxando minhas orelhas* quando necessário e me incentivando a todo momento. Mais que minha orientadora, tu és uma pessoa que lembrarei sempre ao longo de minha carreira, e com quem pretendo encontrar por muitas vezes nesta trajetória.

Gostaria de agradecer também aos professores que me deram o prazer de participar da minha banca. Ao Prof. Dr. Marcello Otávio Neri de Campos Basile, com quem cursei tantas disciplinas, e em específico Brasil 3, quando tive meu primeiro contato com esta temática. Pelos ensinamentos sobre esta disciplina e da profissão de *Historiador*, agradeço ao professor Basile por tanto ter contribuído para meu aprendizado. Da mesma forma, agradeço ao Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento, que acompanhou minha trajetória desde os períodos iniciais da faculdade, fazendo parte de todo este aprendizado sempre solícito. A Prof. Dra. Lúcia Silva, que tanto me auxiliou na reta final deste trabalho, com os livros e principalmente com os mapas de sua autoria elaborados especificamente para clarear meu entendimento sobre o Rio dos anos 1920, meu muitíssimo obrigada. Ao Prof. Dr. Roberto Guedes pelas dicas e ensinamentos, sem falar pelas piadas de sempre e por tanto ter repetido: *Tatiana, fica tranquila, no final vai dar certo*, com o tom que só quem conhece sabe como é impossível não rir. Agradeço também a todos os outros professores que fizeram parte da minha vida acadêmica e acrescentaram de formas distintas e únicas na minha vida.

Ao apoio financeiro do CNPq-Pibic, sem o qual teria sido difícil desenvolver esta pesquisa, agradeço pela confiança e o incentivo.

Aos meus pais, Lincoln Vieira de Castro e Vera Lúcia de Souza Castro, que foram e sempre serão a base de tudo em minha vida, pelos cuidados, pelo amor incondicional, tudo devo a vocês. Aos meus avós Jair Lopes e Alciléa Monteiro Lopes por existirem e terem feito parte de cada momento, se fazendo presentes mesmo estando há alguns quilômetros de distância, por me ouvirem e dizerem tudo o que eu precisava. Aos meus irmãos, Junior e Neto que mesmos distantes sempre apoiaram e sonharam junto comigo. Ao meu tio Dejair Ribeiro, por ter feito parte de cada conquista me estimulando a todo momento, e comemorando a cada vitória com o sorriso mais lindo de todos. Ao meu padrinho José Luiz Voltan pelo apoio de sempre, acompanhando minha trajetória ainda que distante. Meus primos, João Neto e Cherlanyo Castro, que torceram desde o vestibular, e tanto me estimularam para chegar até aqui. Enfim, família, amo todos vocês.

As minhas amigas e irmãs, Beatriz Ricardo, Nathália Ramos, Livia Menezes e Livia Lourenço, por terem compreendido minha ausência em tantos momentos nos últimos quatro anos. Por fazerem parte de meus *passeios históricos*, me auxiliarem de formas diversas, pelas risadas, pelos momentos, enfim, por tudo que representam para mim, meu muito obrigada queridas.

Dos amigos da faculdade que seguiram na mesma turma até o fim, ou dos que não mais pude ter ao meu lado todos os dias como no começo, muitas serão as lembranças e a saudade que irei sentir por não vê-los mais todas as noites. São tantos os nomes, que prefiro chamar de *Babylândia* querida do meu coração, como fomos apelidados por nossos Doutores, 2006/2 conseguimos!!! Agradeço ainda, a minha querida *Xuxu*, Ariane Carvalho, por todos os momentos cômicos que passamos, pelos nossos papos historiográficos e tão diversos que contribuíram para esta Amizade que temos, sem dúvida fruto desta *História*.

E por fim, ao meu amado historiador Felipe Lopes, amigo e colega de classe desde o primeiro período que acabou virando namorado como todos premeditavam. Pela pessoa incrível que tenho o prazer de ter ao meu lado, me fazendo crescer a cada dia. Agradeço por todo carinho, e especificamente no que se refere a este trabalho, pela paciência, apoio, dicas sempre tão oportunas, por ter revisado este trabalho e tanto ter me auxiliado, obrigada pela compreensão e por ter me dado à força que precisava para chegar até aqui.

Dedico esta monografia aos meus amados avós,  
Alciléa e Jair Lopes.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1- A CIDADE DO RIO DE JANEIRO E A REPÚBLICA.....</b>	<b>21</b>
1.1 Nos primeiros anos republicanos.....	21
1.2 O Rio nos anos 1920.....	24
1.3 Cidadania: um conceito em questão.....	26
<b>2- AS QUEIXAS DO POVO.....</b>	<b>40</b>
<b>3- COMPARANDO AS QUEIXAS.....</b>	<b>67</b>
3.1 Do total de queixas analisadas.....	69
3.2 Da natureza das queixas.....	71
3.3 Do nível de organização dos queixosos.....	74
3.4 Localização das queixas por freguesias e região.....	75
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>
<b>FONTES.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>98</b>

## TABELAS

1- Natureza das Queixas 1920-1929.....	43
2- Localização X Natureza das Queixas 1920.....	79
3- Localização X Natureza das Queixas 1921.....	80
4- Localização X Natureza das Queixas 1922.....	81
5- Localização X Natureza das Queixas 1923.....	82
6- Localização X Natureza das Queixas 1924.....	83
7- Localização X Natureza das Queixas 1925.....	84
8- Localização X Natureza das Queixas 1926.....	85
9- Localização X Natureza das Queixas 1927.....	86
10- Localização X Natureza das Queixas 1928.....	87
11- Localização X Natureza das Queixas 1929.....	88
12- Total de queixas por freguesias 1920-1929.....	89
13- Queixas por região 1920-1929.....	92



## QUADROS

1- Queixas do povo por ano (1920-1929).....	41
2- Universo total de queixas 1910.....	69
3- Agenda de demandas e problemas populares 1900-1910.....	72
4- Demandas 1920-1929.....	73
5- Nível de organização popular 1900-1910.....	74
6- Organização popular 1920-1929.....	75
7- Queixas segundo sua natureza 1900.....	76
8- Queixas segundo sua natureza 1905.....	77
9- Queixas segundo sua natureza 1910.....	77
10- % das queixas segundo a distribuição geográfica.....	92

## GRÁFICOS

1- Densidade demográfica (1920-1929).....	24
2- Número de queixas por ano.....	42
3- Natureza das queixas.....	44
4- Total das queixas (1920-1929) .....	69
5- Quantidade de demandas por sua natureza (1920-1929) .....	73

## ILUSTRAÇÕES

1- Cortiço na rua do Senado. Foto Augusto de Malta, 1906.....	48
2- Cortiço existente nos fundos do prédio nº12 a 44 na rua do Senado. Foto Augusto de Malta, 1906.....	49
3- Cortiço com entrada pelo nº47 na Rua Visconde do Rio Branco. Foto Augusto de Malta, 1906.....	49
4- Planta abrangendo a Praça Onze, Mangue, Praia Formosa e Cais do Porto.....	50
5- Valsa Queixas do Povo.....	71
6- Praça Onze década de 20 do século XX. Foto de Augusto da Malta.....	90
7- Praça Onze, década de 1920. Foto de Augusto da Malta.....	91

## RESUMO

O presente trabalho apresenta como proposta realizar uma análise sobre o exercício da cidadania, na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, nos anos de 1920.

Utilizando como fontes primárias queixas de moradores do município do Rio, publicadas no Jornal do Brasil na coluna “Queixas do Povo,” nosso objetivo é descortinar a atuação dessa população no que diz respeito à reivindicação de soluções para os problemas do cotidiano da cidade, afim de discutir o significado conferido à ideia de cidadania por parte daqueles que se dirigiam ao jornal para exporem suas críticas, suas reclamações e terem desta maneira um espaço para expressarem seus anseios.

O principal argumento aqui defendido é que, utilizando este espaço na imprensa, disponibilizado gratuitamente, a prática destes cidadãos espelha uma determinada concepção do papel do Estado e do que consideravam direitos adquiridos.

## INTRODUÇÃO

A proclamação da República provocou a redefinição do quadro político brasileiro. Nos primeiros momentos do novo regime, muitas foram as dúvidas e as expectativas quanto às novas formas de participação política. A cidade do Rio de Janeiro, em particular, principal palco do movimento republicano, vivenciou nesse processo o surgimento de novas forças políticas e a recomposição de antigas, que adquiriram ao longo do tempo características próprias.

Na sua infância, a República brasileira experimentou um grande período de instabilidade.<sup>1</sup> Aos poucos, com a vitória de um projeto liberal, altamente excluyente, claros limites foram colocados à proposta inicial de ampliação da cidadania. Com a promulgação da Constituição de 1891<sup>2</sup>, tanto no que se refere aos direitos civis quanto aos direitos políticos, pouco foi acrescentado à ampliação da participação política, pois, apesar do fim do voto censitário, a nova Carta deixou à margem do direito ao voto mulheres, menores de vinte e um anos, analfabetos, praças de pré e frades, que constituíam cerca de 80% da população.

Tomando como base esse quadro, esta monografia tem como objetivo contribuir para a discussão sobre o processo de construção da cidadania no período, através da análise da relação entre a população carioca e o Estado, utilizando como cenário a cidade do Rio de Janeiro, na década de 1920.

A escolha deste município como nosso recorte espacial está relacionada à sua importância no período, já que o Rio, além de sede do novo governo republicano, era o principal centro financeiro, comercial e cultural do país. É igualmente importante assinalar, enquanto capital do Brasil, a cidade teve sua autonomia reduzida no novo regime.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Para uma análise desse período ver LESSA, Renato. *A invenção republicana*: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República Brasileira. São Paulo: Vértice, 1988.

<sup>2</sup> BECKER, Antonio. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. Vol.1

<sup>3</sup> FREIRE, Américo Oscar Guichard. *Uma capital para a República*: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

Quanto ao recorte cronológico, escolhemos a década de 1920 pelo fato de representar um período de efervescência e grandes transformações que colocaram em questão os padrões culturais e políticos da Primeira República. Nos anos 1920 se verifica um crescimento das chamadas camadas médias, da classe trabalhadora, uma ampliação dos setores urbanos e a diversificação de interesses no interior de diferentes grupos sociais. Em seu conjunto, estas transformações impulsionam alterações no quadro político vigente, colocando em questionamento as bases do sistema político da Primeira República.

Ao indicarmos o interesse em contribuir para o debate referente à construção da cidadania, focando os anos 1920 e a cidade do Rio de Janeiro, nossa proposta é analisar práticas de cidadania da população carioca utilizando como fonte a coluna *Queixas do Povo*, publicada diariamente no Jornal do Brasil ao longo do período indicado. O objetivo da análise de tais dados é compreender a natureza das queixas da população a fim de discutir o significado conferido à ideia de cidadania por parte daqueles que se dirigiam ao jornal para exporem suas críticas e suas reclamações.

O principal argumento aqui defendido é o de que apesar do modelo político excludente em vigor no período, a população da cidade contou com canais para encaminhar demandas e fazer questionamentos. A imprensa, considerada no período o *Quarto Poder da República* pode ser considerada como exemplo nesse sentido e será um espaço privilegiado em nossa análise.

Destacamos a importância desse espaço fornecido pelo Jornal do Brasil através da coluna “Queixas do Povo”, por ser este um espaço gratuito ao qual a população carioca poderia se dirigir por meio de cartas, ou até mesmo à Redação do jornal e ditar assim sua reclamação. Tal prática abria uma brecha para os analfabetos reportarem suas reivindicações.

A questão da cidadania na Primeira República é um tema que merece destaque por sua complexidade, principalmente no que tange à sua prática na cidade do Rio de Janeiro, capital federal no período.

Já dispomos de trabalhos<sup>4</sup> que, embora de forma isolada, sinalizam nesse sentido. É o caso do estudo de Eduardo Silva<sup>5</sup>, que analisou uma coluna do Jornal do Brasil no período de 1900-1910 e destacou que população se dirigia ao jornal para reivindicar o que considerava seus direitos.

---

<sup>4</sup> Nos aprofundaremos no debate historiográfico sobre cidadania no Capítulo 1.

<sup>5</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Outra obra de referência sobre cidadania na cidade do Rio de Janeiro na Primeira República é a de José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados*. Neste estudo, José Murilo analisa a cidade do Rio após a Proclamação da República, abordando as modificações experimentadas e a questão da participação política da população carioca. Nela o conceito de Estadania é apresentado e definido como um modo de participação por meio da própria máquina do estatal, ao qual recorriam militares e funcionários públicos.

José Murilo usou o termo <sup>6</sup> bestializado para definir quem levava a República a sério, e preferiu caracterizar a população como bilontra. O autor sugeriu a existência de um pacto invisível entre a população e o Estado, cuja base consistia na não interferência da mesma naquele. Este pacto só era rompido em momentos de crise, nos quais o Estado tentava impor a lei de fato e a população não aceitava.

Marcelo Magalhães em sua tese de doutorado, *Ecos da Política: A capital Federal, 1892-1902*<sup>7</sup>, também analisou o exercício de cidadania no Rio de Janeiro. Usando como base os Anais do Conselho Municipal, o autor iluminou formas de participação da população carioca fora do campo político institucional, ou seja, do voto. Mesmo sem poder eleger seus representantes, Magalhães mostrou que a população caminhava suas demandas diretamente aos Intendentes. Tal prática sustenta sua tese, e é entendida pelo autor como uma prática de cidadania.

Por outro lado, os trabalhos existentes apenas lançam luz sobre a questão das diferentes formas de exercício da cidadania na Primeira República, mas além de não aprofundarem a questão, não são construídos a partir da fonte sugerida neste trabalho no recorte cronológico aqui proposto. Outrossim, muitas são, ainda hoje, as interpretações que vêem esses cidadãos como espectadores da República, como participantes passivos que não se importavam com as ações do governo, a não ser nos momentos em que o mesmo tentava impor a lei de fato, ou seja, não consideram a participação cotidiana dessa população mesmo excluída do direito ao voto.

Do mesmo modo, percebemos ainda que existe uma lacuna no que se refere às práticas de cidadania ao longo dos anos 1920 na cidade do Rio de Janeiro, já que os estudos existentes concentram-se na fase inicial do novo regime.

---

<sup>6</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1986. p.160

<sup>7</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: A capital federal, 1892-1902*. Niterói: PPGH - Universidade Federal Fluminense, 2004. (Tese de Doutorado)

Acreditamos que o desenvolvimento desse estudo pode também fornecer subsídios para uma melhor compreensão de questões relativas ao cotidiano da cidade e, ao mesmo tempo, contribuir para a discussão a respeito das práticas políticas desenvolvidas pela população.

A discussão sobre o tema cidadania permanece na ordem do dia. Um conjunto de fatores nos ajudam a entender o destaque que a temática tem experimentado. Estes podem ser agrupados em dois blocos: o dos fatores externos e o dos internos. O primeiro grupo compreende o próprio processo de redemocratização observado na década de 80 nos países latino-americanos. A derrubada de regimes autoritários contribuiu para que a discussão dos direitos políticos ganhasse espaço. A globalização também contribuiu em muito para esta realidade. O capitalismo produziu uma série de mudanças, que se refletem nas políticas industriais das sociedades, tem colocado em risco o Estado do bem-estar social e a própria existência de determinados direitos sociais. Além disso, a globalização, em particular, produziu uma série de alterações na concepção e na prática do Estado-Nação, ao deslocar para a participação local a ênfase que era antes dada na participação política e ao exacerbar a competitividade e o avanço tecnológico, geradores de desemprego. Pode-se afirmar que a globalização econômica atingiu distintamente os direitos políticos, sociais e civis<sup>8</sup>.

Quanto aos fatores internos, destacamos que após a década de 1970, vários clássicos sobre cidadania foram revisitados por pesquisadores, sobretudo no campo das Ciências Sociais. A partir desse exercício de releitura foram elaboradas novas propostas teóricas para abordar a problemática da cidadania. Tais propostas serão debatidas neste trabalho no Capítulo 1.

Em síntese, nosso objetivo aqui é analisar a relação entre o cidadão e Estado, e entre o cidadão e a própria atividade política no Brasil. Desta forma contribuiremos para os debates acerca da problemática da construção da cidadania na Primeira República. A partir do conjunto documental utilizado – Coluna “Queixas do Povo” do Jornal do Brasil de 1920 a 1929 – propomos analisar o conteúdo das queixas da população publicadas na Imprensa<sup>9</sup>, bem como comparar o conteúdo das queixas da população carioca, publicadas no jornal, ao longo da década de 1920 com o conteúdo das queixas catalogadas por Eduardo Silva em seu estudo

---

<sup>8</sup> Ver PINTO, Surama Conde Sá. *A problemática da cidadania na Primeira República brasileira*. In: Revista de História, n.8, Vitória-EDUSF, 1º semestre 1999 pp.41-65

<sup>9</sup> Ver Capítulo 2.



com o objetivo de perceber mudanças ou permanências de determinados problemas na cidade<sup>10</sup>.

No que diz respeito aos referenciais teóricos, o presente trabalho segue a orientação proposta por alguns autores que produziram, nas últimas décadas, trabalhos a respeito da importância de se trabalhar com a história política a partir de novas abordagens<sup>11</sup>, como é o caso da cultura política.

Conforme é sabido, a história política sofreu fortes críticas produzidas por historiadores ligados à Escola dos Annales. Estas críticas a acusavam de estar voltada apenas para os acidentes e circunstâncias superficiais, ser narrativa, valorizar os grandes homens, entre outros. Diante deste contexto, a abordagem do político perdeu o papel de destaque que desfrutara até então. Como bem observa René Remond<sup>12</sup>, as críticas feitas pelos historiadores ligados à Escola dos Annales acabaram por colocar em questão a natureza do político.

Nos anos 1980, no entanto, se vivenciou uma renovação da história política, isto é, historiadores do político começaram a buscar respostas a problemas detectados anteriormente. A partir de tal iniciativa, a história política foi recuperando seu espaço e se tornou apta a ser utilizada.

Como fruto dessa renovação, a cultura política surgiu como uma abordagem alternativa, oferecendo um duplo uso para os historiadores. Permitiu que estes compreendessem não só as motivações individuais como também dos grupos.

Para trabalharmos com a abordagem da cultura política aqui, seguiremos as orientações propostas por Serge Bernstein<sup>13</sup>. De acordo com esse historiador, é preciso observar três princípios básicos: o abandono da hipótese teleológica dos *desenvolvimentistas* de que cada cultura política guarda em si, ao lado de freios ligados à tradição, uma propensão natural a se dirigir para o caminho da democracia; a necessidade de pensarmos a cultura política de uma forma conjugada à cultura global de uma sociedade; e o uso do conceito antropológico de cultura como ponto de partida para análises nesse âmbito. Assim, definimos cultura política como:

---

<sup>10</sup> Ver Capítulo 3

<sup>11</sup> Ver FERREIRA, Marieta de Moraes. *A nova “velha história”: o retorno da História Política*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.5 n.10, 1992, pp.265-271 Ver também REMOND, René. Porque a história política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.7, nº.14, 1994, pp. 7-19.

<sup>12</sup> REMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

<sup>13</sup> BERNSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa 1998.

“... sistemas de representação fundados sobre determinadas visões de mundo, sobre leituras do passado histórico, sobre escolhas de sistemas institucionais e de uma sociedade considerados ideais de acordo com modelos retidos e que se expressam através de um discurso código, símbolos e ritos que a evocam sem que outra mediação seja necessária”.<sup>14</sup>

A Imprensa constitui o bloco documental utilizado neste trabalho monográfico, conforme já indicado. Também conhecida como *Quarto Poder da República*, funcionava muitas vezes como um espaço ao qual a população carioca recorria para expor suas indagações quanto ao modelo político vigente<sup>15</sup>. Este tipo de fonte é muito utilizado por pesquisadores que visam abordar a participação da população na sociedade, seja através da análise de colunas como a utilizada neste trabalho, seja por seções do jornal referentes à carta de leitores, dentre outras.

Para fins deste trabalho foi escolhido apenas o Jornal do Brasil, um diário carioca montado desde sua fundação como uma empresa industrial. De linha moderada, sem maiores vinculações com grupos políticos da cidade, o JB, além de fornecer algumas informações sobre o quadro político local, possuía a coluna *Queixas do Povo*, criada anteriormente ao período aqui abordado e mantida ao longo de toda a década de 1920. Essa coluna representava um importante espaço utilizado pela população da cidade para reclamar sobre problemas relacionados ao cotidiano da cidade e demandar das autoridades políticas providências.

Para catalogarmos as queixas veiculadas ao Jornal do Brasil foi estabelecido um banco de dados no qual foi compreendido uma ficha sobre cada queixa contendo os seguintes dados:

---

<sup>14</sup> BERSTEIN, Serge. *A cultura ..., op. cit.*, p. 71.

<sup>15</sup> Sobre o tema ver: BARBOSA, Marialva. *Imprensa, poder e público. Os diários do Rio de Janeiro (1880-1920)*. Niterói: UFF, 1996. (Tese de Doutorado)

JB	Data:    /    /	Pág.
Autor:		
Freguesia: (localidade)		
Natureza da Queixa		
Justificativa:		
		Nº Ficha:

Duas hipóteses orientaram a realização desse trabalho, conforme indicação a seguir:

- A despeito da exclusão de participação no campo político formal, ao longo da década de 1920, a população carioca utilizou a Imprensa como um espaço de reivindicação de direitos .

- As demandas da população carioca encaminhadas ao Estado, veiculadas na imprensa, espelhavam sua concepção do que seriam direitos adquiridos, e, nesse sentido, uma determinada concepção de cidadania.

Para realizar o estudo aqui proposto, a presente monografia foi estruturada em três capítulos.

No capítulo 1 é desenhado um esboço da cidade do Rio de Janeiro, da Proclamação da República à década de 1920, já na segunda parte, procedemos ao debate acerca do conceito chave deste trabalho, a questão da cidadania.

No capítulo 2 são abordadas as queixas catalogadas, sua natureza e exemplificações.

Finalmente, no capítulo 3 é realizado um estudo comparativo entre as queixas catalogadas na década de 1920 e as queixas pesquisadas por Eduardo Silva no período

anterior, a fim de verificar possíveis mudanças e permanências quanto a natureza dos problemas da cidade.

## **1 - A Cidade do Rio de Janeiro e a República**

### **1.1 Nos primeiros anos republicanos**

Com a proclamação da República no final do século XIX, a cidade do Rio – transformada em sede do novo regime – passou por um processo de remodelação no seu formato político-institucional e enfrentou um intenso período de turbulências, que provocou abalos suas estruturas econômicas, sociais e políticas.

Várias foram as transformações experimentados no período. O aumento demográfico agravou velhos problemas como aqueles ligados ao saneamento, à falta d'água e ao aumento das epidemias. Do ponto de vista econômico, ocorreu uma febre especulativa, produzindo como desdobramento uma crescente inflação. No plano das idéias, houve influências de distintas correntes ideológicas como o liberalismo, positivismo, socialismo, anarquismo, dentre outros, que provocaram um verdadeiro “porre ideológico,” como caracterizou Evaristo de Moraes<sup>16</sup>. O Rio sofreu ainda mudanças nos padrões de moral e dos costumes, conforme observou José Murilo de Carvalho.<sup>17</sup> De acordo com ele, o Rio nunca fora uma cidade morigerada. A República, porém, acabou por legitimar o que antes era feito de forma clandestina, abrindo espaço para costumes cada vez mais soltos. Finalmente, no que diz respeito à questão política, a cidade do Rio ganhou maior visibilidade, sendo convertida numa verdadeira “caixa de ressonância” da política nacional<sup>18</sup>

Diante desse quadro, o governo federal viu a necessidade da fundação de um novo pacto de poder que substituísse o modelo imperial<sup>19</sup> e gerasse estabilidade para o regime

---

<sup>16</sup> MORAES, Evaristo de. *apud* CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Cia das Letras, 1987. p.24

<sup>17</sup> *Ibidem* p.27

<sup>18</sup> *Ibidem*, *Idem*, p.33

<sup>19</sup> Durante o Império a cidade do Rio era tida como um município neutro e administrada pela Câmara Municipal, fundada em 1828 por D. Pedro II.

republicano. Esse novo arranjo buscaria neutralizar a influência da capital na política nacional e reduzir o nível de participação popular.

O novo pacto federalista redefiniria o papel até então assumido pela cidade enquanto capital. Nele foi desenhada uma capital neutralizada. Em seu livro *Uma capital para a República*<sup>20</sup>, Américo Freire faz uma análise da invenção política nas capitais dos Estados Unidos e da Argentina, respectivamente Washington e Buenos Aires, além, é claro, do Rio de Janeiro. Nessa análise fica perceptível que o caso do Rio de Janeiro era muito particular e não poderia seguir nenhum dos dois modelos.

Para dar coerência a essa proposta descentralizadora do novo regime, e ao mesmo tempo dar certa autonomia à cidade, o Governo Provisório determinou que o Rio de Janeiro seria mantido como sede do governo até o pronunciamento da Constituinte. Com o Decreto nº.50-A, de 7 de Dezembro de 1889, foi extinta a Ilma. Câmara Municipal e criado o Conselho de Intendência Municipal, órgão do legislativo local.

Mais adiante, o governo da cidade do Rio de Janeiro seria regulamentado pela Lei Orgânica n.º 85, de 20 de setembro de 1892. Com esse dispositivo de lei, foi eleito o primeiro Conselho de Intendência Municipal, em 30 de outubro deste mesmo ano<sup>21</sup>. O modelo político administrativo esboçado previa a existência de um Prefeito, indicado pelo governo federal, e de um Conselho, formado por intendentess eleitos pelo voto direto da população, sendo este sistema eleitoral distrital composto por 21 intendentess.

O governo municipal ficou limitado à ação administrativa e mesmo assim dependia do apoio político e financeiro do governo federal. Para completar o que José Murilo de Carvalho chamou de despolitização, havia ainda o falseamento do processo eleitoral, que, na sua perspectiva, provocava a dissociação entre o governo municipal e a representação dos cidadãos<sup>22</sup>.

Como bem observa Marieta de Moraes Ferreira<sup>23</sup>, é importante problematizar o papel do Prefeito no Distrito Federal na dinâmica política local. De acordo com esta autora, o prefeito não deveria ser visto apenas como um mero administrador da municipalidade

---

<sup>20</sup> FREIRE, Américo Oscar Guichard. *Uma capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do séc.XX*. Rio de Janeiro: Renavan, 2000.

<sup>21</sup> SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Inelivro, 1981, pp.237-276.

<sup>22</sup> Ver nota 16

<sup>23</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes. (coord.) Rio de Janeiro: Uma cidade na história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

nomeado pelo governo federal, mas como um ator fundamental no jogo político carioca. Conforme afirma:

“...o prefeito fazia a conexão entre a esfera de poder local e as ingerências do governo federal, atuando ora como articulador de acordos com e entre as lideranças locais, ora como intermediador das demandas neutralizadoras da República<sup>24</sup>.”

De acordo com Freire, a Lei Orgânica de 1892 tinha como principal objetivo reduzir a autonomia da capital do país.<sup>25</sup> Uma organização política autônoma na capital representava algo intolerável para o governo, pois um governo autônomo eleito pelo voto popular acabaria colocando em risco a soberania do poder da União em sua sede. Ainda segundo Freire, no momento fundador da Primeira República foi tentado um modelo de cunho autonomista que, na prática, transformou a cidade do Rio em ente federativo especial. Nesta ocasião, o poder federal e municipal entrou em rota de colisão.

A falta de autonomia teria se tornado um elemento que dificultou a criação de uma identidade própria, fazendo com que a política carioca acabasse servindo, em muitos momentos, como um cenário ao grande teatro da política nacional, como apontou Marieta de Moraes Ferreira<sup>26</sup>, ou ainda como definiu José Murilo de Carvalho: “Domesticada politicamente, reduzido seu peso político pela consolidação do sistema oligárquico, à cidade pode ser dado o papel de cartão postal da República<sup>27</sup>”

Por outro lado, conforme destacou Freire, a República em nenhum momento apostou seriamente na proposta de extinção dos direitos municipais da cidade do Rio de Janeiro.

A população, em grande medida, excluída de participação política oficial, participava longe desse mundo oficial. Esta participação fora do quadro político-institucional está relacionada à nossa proposta neste trabalho. Nosso objetivo é analisar a atuação dessa população no contexto extra-oficial, reivindicando direitos e exercendo uma espécie de proto-cidadania.

A partir desse panorama geral, que ressalta as transformações pelas quais a cidade do Rio passou com o regime republicano e a montagem do novo pacto de poder, convém tratar rapidamente sobre o recorte específico dos anos de 1920.

---

<sup>24</sup> *Idem op.cit.*, p.11

<sup>25</sup> Ver nota 20

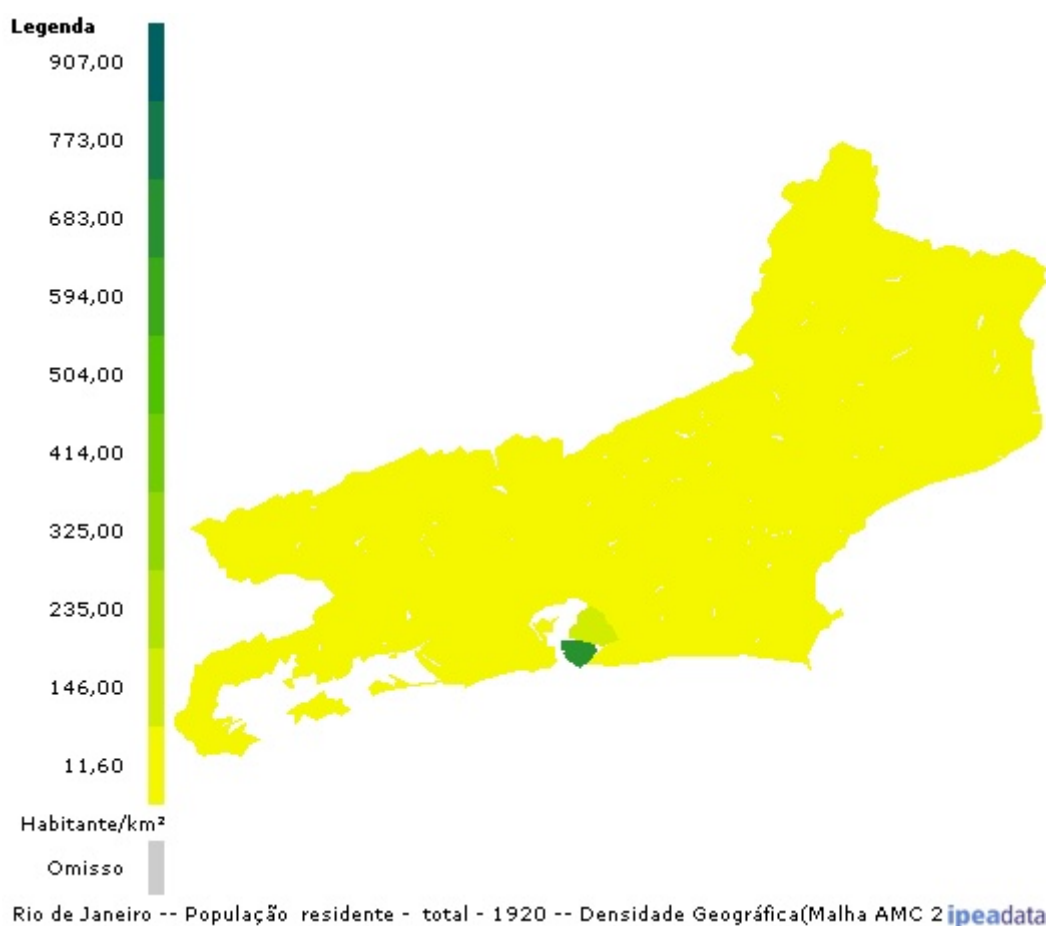
<sup>26</sup> Ver nota 23

<sup>27</sup> CARVALHO, J.M. *op.cit.* p.39

## 1.2. O Rio nos anos 1920

Com uma população de 1.147.599 habitantes segundo o censo demográfico de 1920<sup>28</sup>, a cidade do Rio vivenciou um verdadeiro inchamento se comparado com a realidade demográfica da década de 1910 – período em que a cidade possuía 870.475 habitantes<sup>29</sup>. Conforme pode ser melhor visualizado no gráfico à baixo referente à população carioca nos anos 1920.

**GRÁFICO 1**



FONTE:[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=783485886&Tick=1290445912032&VAR\\_FUNC=Ser\\_TemasNiv%28133%2C0%29&Mod=R](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=783485886&Tick=1290445912032&VAR_FUNC=Ser_TemasNiv%28133%2C0%29&Mod=R) Acessado em: 22/11/2010 às 15:20h.

<sup>28</sup> Dado fornecido pelo site

[http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=783485886&Tick=1290445912032&VAR\\_FUNC=Ser\\_TemasNiv%28133%2C0%29&Mod=R](http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=783485886&Tick=1290445912032&VAR_FUNC=Ser_TemasNiv%28133%2C0%29&Mod=R) Acessado em 22/11/2010 às 15:20h.

<sup>29</sup> Idem, Ibidem



A influência européia se fez visível ao longo dos primeiros anos do século XX. Havia toda uma idolatria por aquela cultura, seus monumentos, seus costumes, a estrutura física das cidades européias deveriam ser copiadas pela atual capital republicana. E assim vivemos o período conhecido como *Béle Époque*, que teve seu auge na primeira década daquele século. Como bem sintetizou José Murilo de Carvalho: “O brilho republicano expressou-se em fórmula européias, especialmente parisienses.”<sup>30</sup>

Em meio a esse contexto, quando as finanças foram restabelecidas, Campos Salles, deu início a obras de embelezamento da cidade, ditadas de acordo com os moldes europeus. O Rio deveria assumir uma nova feição a tempo da comemoração do primeiro centenário da independência, que seria em 1922.

Desde o seu primeiro prefeito, o médico Barata Ribeiro, em 1892, a cidade passou por diversas modificações, tendo sua maior obra realizada no governo Pereira Passos, a partir de 1902. Em sua administração (1903-1906), Pereira Passos realizou a remodelação da capital.<sup>31</sup>

Ao longo desses primeiros anos do séc.XX, a cidade experimentou o recuo e o alargamento das ruas, a eliminação dos “cabeças de porco”, a remodelação do porto, o combate a epidemias e ganhou um novo código Sanitário.

O coroamento de todo esse processo de transformação urbana viria, no entanto, mais tarde, quando o então Prefeito Carlos Sampaio decretou o arrasamento do morro do Castelo, nos anos 1920. A partir de 1922, “Era do Melhoramentos” arrefeceria devido, em grande medida, às dificuldades financeiras da Prefeitura<sup>32</sup>. Durante seu governo houve a instalação de escolas, e sobretudo, o embelezamento da Avenida Beira Mar, Av. Atlântica e outros logradouros em Ipanema e Leblon.

Já durante a presidência de Arthur Bernardes, o prefeito Alair Prata Soares governou o município durante todo o período conturbado de 1922-1926. Sua administração foi bem dificultosa tendo que economizar a todo tempo o dinheiro municipal, restringido-se as despesas extremamente necessárias. Com essa restrição de despesas houve o paralisamento de várias obras de melhoramento.

---

<sup>30</sup> CARVALHO, J.M. *Os Bestializados...*, *op.cit.* p.39

<sup>31</sup> CARVALHO, Carlos Delgado. História da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. pp.71-107

<sup>32</sup> Idem, *ibidem*

Em 1926, Antonio Prado Junior foi nomeado prefeito pelo então presidente Washington Luiz, exercendo tal cargo até outubro de 1930 quando o movimento revolucionário irrompeu a cidade do Rio de Janeiro contra aquele presidente<sup>33</sup>. Antonio mandou embelezar diversas ruas da cidade como a Praça da República. Construiu edifícios para a instalação de diversos serviços como o da Biblioteca Nacional e do Instituto de Educação.

### **1.3.Cidadania: um conceito em questão**

No verbete do Dicionário de Política<sup>34</sup> a palavra cidadania é definida da seguinte maneira:

“Remotamente, o termo origina-se de *Civitas*, que entre os romanos significava o *Estado-cidade*, entidade política soberana em que homens livres, além do *status libertatis*, possuíam também o *status civitatis*, vale dizer, eram cidadãos romanos, detentores, portanto, do gozo pleno dos direitos civis e políticos. [...] no entendimento moderno, a cidadania, pode ser definida como o conjunto de direitos e obrigações existentes entre os indivíduos e o Estado a que eles pertencem. [...] Além do mais, cidadão não é apenas o possuidor de direitos, mas também o cumpridor dos deveres cívicos. Por isso, a verdadeira cidadania requer simultaneidade no gozo dos direitos e no cumprimento dos deveres, uns e outros inerentes à participação na vida da sociedade política<sup>35</sup>.”

Alzira Alves de Abreu<sup>36</sup>, para além desta definição o conceito de cidadania e sua origem grega, analisa o percurso deste conceito nas Idades Média e Moderna. Segundo essa autora, as Revoluções Francesa e Americana foram decisivas para o desenvolvimento da cidadania, particularmente na construção dos direitos civis, uma vez que liberdade, igualdade e fraternidade sintetizavam a natureza do novo cidadão<sup>37</sup>. Segundo Abreu, o cidadão hoje seria definido pelo indivíduo que goza de direitos civis e políticos, bem como cumpre seus deveres enquanto membro desse Estado<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Acerca da organização municipal e dos prefeitos do Distrito Federal*. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas O Globo, 1945 p.42

<sup>34</sup> SOUSA, José Pedro Galvão de, 1912-1992. *Dicionário de Política* / José Pedro Galvão de Sousa, Clovis Lema Garcia, José Fraga Teixeira de Carvalho. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998. pp.92-93

<sup>35</sup> Idem op.cit., p. 92

<sup>36</sup> ABREU, Alzira Alves de. (org.) *Caminhos da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

<sup>37</sup> Idem op.cit p.9

<sup>38</sup> Ibidem. Idem, *op.cit.* p.9

De acordo com Abreu, no estado moderno, o conceito de cidadania consistiria num conjunto de direitos e obrigações legais conferidos aos indivíduos enquanto cidadãos<sup>39</sup>. Sobre a origem desta concepção a referida autora afirma:

“Essa concepção, de acordo com Rosângela B. Cavalcanti, ‘está ancorada no pensamento liberal clássico, segundo o qual a cidadania tem origem no pacto social, quando se funda a nação e se organiza o Estado, pelo estabelecimento de uma constituição. Ser cidadão significa fazer parte de uma comunidade mais ampla, é identificar-se com uma nação particular e ter direitos – garantidos pelo Estado correspondente – e deveres para com a coletividade na qual se está inserido’. Conclui a autora: ‘O cidadão é membro ativo de uma sociedade política independente. A cidadania se diferencia da nacionalidade porque esta supõe a mera qualidade de pertencer a uma nação, enquanto o conceito de cidadania pressupõe a condição de ser membro ativo do Estado para tomar parte em suas funções’<sup>40</sup>.”

A partir destas definições conceituais sobre esta questão que constitui um dos cerne de nosso trabalho, partiremos para a análise das principais obras sobre a temática que abordam de uma forma geral para então focalizarmos as obras específicas sobre a questão da cidadania na cidade do Rio de Janeiro ao longo da Primeira República.

Em primeiro lugar destacamos a obra do inglês Thomas Marshall, *Cidadania, classe social e status*<sup>41</sup>. Nela Marshall constrói seu conceito de cidadania, baseado no caso inglês, definindo-o como um conjunto de direitos adquiridos na seguinte ordem: primeiramente os direitos civis<sup>42</sup> – conquistados no século XVIII –, seguido pelos direitos políticos<sup>43</sup> – reivindicados no século XIX –, e, por fim os direitos sociais<sup>44</sup> – conquistados no século XX. A construção dessa pirâmide permitiria para o autor o entendimento do que vem a ser a cidadania. Para Marshall a cidadania poderia se dar de baixo para cima, como foi o caso inglês, ou de cima para baixo.

O modelo explicativo marshaliano influenciou de formas diferenciadas autores norte-americanos e ingleses. Nos E.U.A. sua obra abriu espaço para o debate de problemas étnicos e de relações entre as raças. Já na Inglaterra, seu trabalho acabou servindo de justificativa

<sup>39</sup> Idem *op.cit.* p.10

<sup>40</sup> Ibidem, Idem *op.cit.* p.10

<sup>41</sup> MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1967.

<sup>42</sup> Entendemos por direitos civis os direitos à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei.

<sup>43</sup> Entendemos por direitos políticos como a participação do cidadão no governo e na sociedade, expressos no ato do voto.

<sup>44</sup> Entendemos por direitos sociais o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria.

social para a ampliação do campo de atuação do Estado, no que se refere às políticas de bem-estar<sup>45</sup>.

O arcabouço conceitual proposto por Marshall<sup>46</sup> sofreu várias críticas. Ele foi acusado de etnocentrismo, por estudar apenas o caso inglês e concebe-lo como uma regra; de desenvolver um modelo de interpretação evolucionista; de considerar a cidadania como uma coleção de direitos; de não considerar o contexto mais amplo do pós-guerra, no qual a política do Welfare, que garantia os direitos sociais, foi desenvolvida na Inglaterra; e de não abordar a gênese dos conflitos sociais que deram origem à construção dos direitos políticos, além de não perceber que os direitos sociais podem ser desenvolvidos na área da cultura.<sup>47</sup>

Bryan Turner,<sup>48</sup> no início dos anos 1990, respondeu as críticas feitas ao trabalho de Marshall. Turner considerou essas críticas produto de uma má leitura daquela obra. À acusação de etnocentrismo, Turner responde, em defesa de Marshall, destacando que este não teria se preocupado em nenhum momento em elaborar um modelo de cidadania que pudesse ser aplicado a todos os países indistintamente. Em sua análise, Marshall estava interessado em estudar o caso inglês e não deixou passar despercebido a influência do desenvolvimento dos direitos sociais da conjuntura do pós-guerra, quando a política do Welfare foi implantada. Com base nesse argumento, rebate a acusação de que o autor não teria considerado este contexto social mais amplo do pós-guerra, pois, ao contrário, foi justamente esse contexto de reconstrução da Europa em geral, e da Inglaterra em específico, que incentivou a análise feita pelo autor. Tal justificativa também cabe à acusação de propor uma análise evolucionista, pois como foi dito, para Marshall o avanço dos direitos sociais estava relacionado à própria conjuntura do pós-guerra.

Por outro lado, apesar de recuperar em linhas gerais a validade da obra, Turner também critica Marshall. Uma das críticas diz respeito à ausência da resolução das questões dos direitos sociais, pois, para o autor, Marshall não deixou claro se esses direitos estariam em relação de tensão, oposição ou contradição com bases econômicas das sociedades

---

<sup>45</sup> Ver PINTO, Surama Conde Sá. *A problemática da cidadania na Primeira República brasileira*. In: Revista de História, n.8, Vitória-EDUSF, 1º semestre 1999 pp.41-65

<sup>46</sup> Idem nota 40

<sup>47</sup> Ibidem, Idem

<sup>48</sup> TURNER, Bryan S. "Outline of a theory of citizenship". In: *Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community*. Londres/Nova Iorque: Verso, 1992, p.33, *apud*, PINTO, Surama C. S. Idem, *ibidem*

capitalistas<sup>49</sup>. Outra crítica por ele elaborada se refere à ausência, em seu esquema, de uma análise do Estado, já que toda teoria de cidadania deve produzir uma teoria de Estado<sup>50</sup>.

A tese defendida por Bryan Turner é a de que uma teoria geral da cidadania deve adotar uma perspectiva histórica comparativa no que se refere à constituição de direitos, considerando-se que o caráter de cidadania difere de sociedade para sociedade<sup>51</sup>. Apesar das críticas feitas, o esforço do autor em reabilitar a obra da Marshall contribuiu para reafirmar a importância deste clássico.

Nick Ellison,<sup>52</sup> outro autor que tem discutido o conceito de cidadania, também criticou Marshall, mas, diferentemente de Turner, Ellison aponta que Marshall entendeu o Estado como provedor e protetor dos direitos sociais, como uma instância que estaria acima das divisões sociais e políticas. Em seu estudo<sup>53</sup>, Nick Ellison derrubou as três abordagens mais trabalhadas na literatura acadêmica sobre a cidadania. Primeiramente a abordagem centrada no Estado, representada na obra Marshall; em seguida, a abordagem pluralista, que critica o modelo universalista anterior, pois incorpora a diferença; e, por fim, a abordagem pós-estruturalista, que entende a cidadania como um princípio articulador possível de ser reconstruído<sup>54</sup>.

De acordo com Ellison, a cidadania, no contexto da globalização, deve ser entendida como um componente integral de um processo reflexivo no qual os agentes sociais são constantemente confrontados pela rapidez das mudanças econômicas, sociais e políticas que contribuem para questionamentos e renegociações das formas de solidariedade e de identidade<sup>55</sup>. Toda essa discussão também tem influenciado os pesquisadores nacionais.

No caso brasileiro, dentre os estudos produzidos, podemos destacar os de José Murilo de Carvalho *Cidadania no Brasil: O longo caminho*<sup>56</sup> e *Os bestializados: Rio de Janeiro e a República que não foi*.<sup>57</sup>

---

<sup>49</sup> TURNER, Bryan S. "Outline...", *op.cit.* pp.37-38 *apud*, PINTO, Surama C. S. Idem, *ibidem*

<sup>50</sup> TURNER, Bryan S. "Outline...", *op.cit.* pp.38-39, *apud*, PINTO, Surama C. S. Idem, *ibidem*

<sup>51</sup> TURNER, Bryan S. "Outline...", *op.cit.* p.40, *apud*, PINTO, Surama C. S. Idem, *ibidem*

<sup>52</sup> ELLISON, Nick. "Towards a new social politics: Citizenship and reflexivity in late modernity". *Sociology*, vol.31, n.4, nov.1997, pp.697-717, *apud*, PINTO, Surama C.S. *ibidem*

<sup>53</sup> Idem, *ibidem*

<sup>54</sup> Ver nota 44.

<sup>55</sup> PINTO, Surama Conde Sá. *A problemática da...* *op.cit.* pp.44

<sup>56</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: O longo caminho*. 11ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008

<sup>57</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

Em *Cidadania no Brasil: O longo caminho*<sup>58</sup>, José Murilo tomou por base a obra de Thomas Marshall, *Cidadania, classe social e status*<sup>59</sup>. De acordo com Carvalho, a cidadania no Brasil teria sido construída de cima para baixo, ou seja, ao contrário do pensamento de Marshall, o Estado seria central e não universalista, selecionando assim os cidadãos. Carvalho, assim como Marshall, entende a cidadania como um conjunto de direitos. O presente autor demarca que houve duas diferenças no caso brasileiro em comparação ao caso inglês, uma vez que a seqüência que envolve os direitos no caso inglês não se repetiu no Brasil. No Brasil, houve uma maior ênfase nos direitos sociais, em detrimento dos civis, o que, na opinião do autor, serviu como obstáculo para o desenvolvimento entre os brasileiros de uma cultura cívica. Além disso, a alteração da ordem em que os direitos foram adquiridos provocou uma inversão nessa pirâmide o que afetou a própria natureza dos direitos e da cidadania. No caso brasileiro, Carvalho aponta que primeiramente se deu o direito social, para depois vir o direito político e, por fim, o direito civil. Para este, a cidadania brasileira é fundamentalmente um fenômeno inacabado do século XX, que avança na medida em que o Brasil vai perdendo a feição de país rural com o incremento dos processos de urbanização e industrialização. José Murilo intitula o período de 1822 à 1930 como um período de “aurora da cidadania” no Brasil. Segundo Carvalho até 1930:

“...não havia povo organizado politicamente nem sentimento nacional consolidado. A participação na política nacional, inclusive no grandes acontecimentos, era limitada a pequenos grupos. A grande maioria do povo tinha com o governo uma relação de distância, de suspeita, quando não de aberto antagonismo<sup>60</sup>.”

A Constituição de 1891 pouco acrescentou em matéria de ampliação de participação política, uma vez que 80% da população permanecia excluída do direito ao voto. A República produziu o aumento de apenas 1%, em comparação com a participação eleitoral no Império após a introdução do voto direto pela Lei Saraiva (1881). Apesar da supressão do voto censitário, a implantação do sufrágio universal veio acompanhada de várias limitações. A Carta de 1891 assegurou o direito político aos brasileiros maiores de 21 anos alfabetizados, excluindo a participação das mulheres, praças de pré e frades. Por outro lado, esta

---

<sup>58</sup> Idem nota 55

<sup>59</sup> Ver nota 40

<sup>60</sup> CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados... op.cit.*, p.83

Constituição não só eximiu o Estado da obrigação de fornecer instrução primária – estabelecida na Constituição imperial – como proibiu de intervir na regulamentação do trabalho, considerando que isto seria uma violação da liberdade. Ou seja, além de exigir a alfabetização para o direito ao voto, o governo republicano retirou de si a obrigação de fornecer a instrução primária. Assim achamos relevante a interpretação de José Murilo de Carvalho: “Exigia-se para a cidadania política uma qualidade que só o direito social da educação poderia fornecer e, simultaneamente, desconhecia-se esse direito”<sup>61</sup>

Além disso, ressaltamos que em uma sociedade marcadamente rural, as práticas de coronelismo dificultavam ainda mais a participação eleitoral. José Murilo de Carvalho ao tratar da questão do coronelismo e sua influência na cidadania utilizou o clássico sobre este tema do autor Victor Nunes Leal. Em *Coronelismo, enxada e voto*, Nunes define o coronelismo como sendo um sistema específico datado da Primeira República, originário de um fato político e de uma conjuntura econômica. O fato político seria o federalismo implantado na Constituição de 1891 em substituição do centralismo, já a conjuntura econômica que possibilitou o sistema foi a decadência dos fazendeiros. A manutenção desse poder exigia a presença do Estado, que expandia sua influência na medida em que diminui os donos de terras. Através de uma barganha, na qual a moeda de troca era o voto, o poder público alimentava o poder local com uma autonomia extralegal. Desta forma, para Leal, o coronelismo afetava o exercício dos direitos políticos<sup>62</sup>.

Entretanto, para José Murilo, o coronelismo não afetava apenas os direitos políticos como também impedia o desenvolvimento da democracia, pois negava claramente os direitos civis.

Aurélio Wander Bastos<sup>63</sup>, propõe uma análise sociológica sobre a legislação eleitoral na Primeira República. O objetivo do autor é mostrar como esta lei eleitoral é conscientemente elaborada para atender aos donos do poder, interceptando a ascensão e o crescimento de novas e alternativas frações políticas. De acordo com Bastos, esta legislação permite identificar com nitidez o uso eleitoral como instrumento de frações do próprio poder para se manter no poder.

---

<sup>61</sup> Ibidem, Idem. *op.cit.* p.45

<sup>62</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Alfa-Omega, 5.ed., 1986.

<sup>63</sup> BASTOS, Aurélio Wander. *O poder e as leis: A dominação eleitoral na Primeira República*. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (org.) *O Balanço do Poder: Formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1990.

Bastos retorna a obra de Victor Nunes Leal ressaltando que, em seu estudo, Leal identifica as práticas eleitorais paralelas com profundidade, porém, não explora a originalidade de seu próprio enfoque: a inteligência legislativa dos oligarcas.

Para Bastos as práticas eleitorais paralelas serviam para arrebancar as massas e cabresteá-las à interesses alheios ao seu próprio e às leis. Como bem observou o autor: “Para o povo, o cabresto, para as novas frações da elite, a lei eleitoral<sup>64</sup>”.

De acordo com o autor, as grandes conquistas eleitorais da República já vinham se definindo desde o fim do Império como conquistas liberais de alteração da ordem. A burocracia eleitoral não tinha autonomia em relação ao poder Executivo. A vocação política da República, segundo Aurélio Bastos, era estadual e não fortalecia o poder central e nem os municípios. Assim sendo, os pactos políticos municipais dependiam dos pactos estaduais. Os partidos não eram peças essenciais, nem funcionavam como instrumentos de absorção das demandas, mas como mera coordenação de interesses.

Em *Os Bestializados*<sup>65</sup>, Carvalho observa que com o início da República desenvolveram-se várias concepções de cidadania, nem sempre compatíveis entre si. O autor analisa os primeiros anos republicanos tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro, então capital do País e o principal centro urbano do País. Nesta obra o autor analisa a relação existente entre cidadão e o Estado, o cidadão e o sistema político e o cidadão e a própria atividade política no Brasil no período.

Segundo o autor, a população optou por não participar da República, pelo fato de não levarem a República a sério, porque o modelo adotado era altamente excludente e a fraude era corrente. Partindo desse pressuposto, o autor afirma que longe de ser bestializado, conforme afirmação de Aristides Lobo<sup>66</sup> de que o povo assistiu à Proclamação da República bestializado, a população seria bilontra, esperta, por não levar a República a sério. Carvalho defende a existência de um “pacto informal”, um pacto invisível entre a população e o Estado, no qual a população ficava “passiva” em relação ao Estado até o momento em que o Estado não tentasse impor a lei de fato. Acordo com ele, quando esse pacto era quebrado, a população então se manifestava. Isso ocorria em momentos de crise, segundo a denominação do autor, conforme verificado na Revolta da Vacina.

---

<sup>64</sup> Idem, *Ibidem*, p.36

<sup>65</sup> Ver nota 56

<sup>66</sup> Carta de Aristides Lobo ao Diário Popular de São Paulo em 18/11/1889. Citada por Leôncio Basbaum, em *História Sincera da República, de 1889 a 1930*. São Paulo, Fulgor, 1968, p.18 *apud*, CARVALHO, J.M. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo. Cia das Letras, 1987. p.9



José Murilo de Carvalho propõe ainda, com base nesse quadro, a ideia de *Estadania*<sup>67</sup>, isto é, a participação, não através da organização de interesses, mas a partir da própria máquina governamental ou em contato direto com ela, uma estratégia utilizada pelos militares, pelo funcionalismo público e por setores da classe operária. Nesta concepção o Estado seria o provedor da cidadania. Assim, a Estadania seria contraditoriamente a aproximação da população com o Estado e, simultaneamente, a negação da cidadania.

Para Carvalho havia três tipos de posicionamento por parte da população para com o governo no período por ele analisado, que seriam: a indiferença, o pragmatismo fisiológico e a reação violenta, como foi a Revolta da Vacina. Desta forma o autor estuda a concepção de Estado que a população possuía e concluiu que:

“O Estado aparecia como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora do controle, externo ao cidadão. Ele não é visto como produto de concerto político, pelo menos não de um concerto em que se incluía a população. É uma visão antes de súdito que de cidadão, de quem se coloca como objeto de ação do Estado e não de quem se julga no direito de influenciar<sup>68</sup>.”

Esta interpretação da atitude da população carioca oscilando por estes três tipos de ação sugeridos por Carvalho, diverge do que encontramos em nossas fontes<sup>69</sup>. De acordo com as queixas pesquisadas<sup>70</sup> – Jornal do Brasil, Coluna Queixas do Povo – podemos perceber um exercício diário de participação da população. Ao se dirigir ao jornal para se queixar de fatos que caberiam ao Estado resolver, a população demonstra que não era nada indiferente como propôs Carvalho. Por outro lado, as queixas não revelam qualquer oposição ao Estado. Eram reclamações do que se considerava inadequado, ou contra a falta do poder público. Ao fazê-las percebemos que havia entre a população uma concepção do que deveria ser o papel do Estado.

Para José Murilo o período da Primeira República foi pouco significativo em termos de avanços dos direitos da cidadania. No entanto, consideramos a atitude de Carvalho um tanto quanto pessimista, pois, muitos são os estudos atualmente que mostram que haviam muitas outras formas de associação, como a obra de Eduardo Silva<sup>71</sup>.

<sup>67</sup> CARVALHO, J.M. *Os bestializados...* op.cit., p.50

<sup>68</sup> Idem, *ibidem*, op. cit. pp. 146-147

<sup>69</sup> Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

<sup>70</sup> Ver Capítulo 2

<sup>71</sup> SILVA, Eduardo. *As Queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Álvaro Nascimento, em seu estudo *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*<sup>72</sup>, ao abordar a luta de marinheiros por melhores condições nas relações de trabalho, que ficou representada pela Revolta do Marinheiros, tendo como grande símbolo a figura de João Cândido, reitera que, no início do período republicano, os direitos<sup>73</sup> que constituíam a cidadania ainda não se encontravam completos. Como José Murilo de Carvalho<sup>74</sup>, Nascimento afirma que a construção da cidadania no caso brasileiro havia se dado de forma avessa ao caso inglês conforme trabalhado por Thomas Marshall<sup>75</sup>. No entanto, Álvaro apresenta uma justifica distinta da apresentada por Carvalho. Para ele, no Brasil implantaram-se primeiramente os direitos políticos para depois criarem espaços para os civis e sociais<sup>76</sup>, enquanto para Carvalho, teriam sido conquistados primeiro os sociais, para depois virem os políticos e, por fim, os civis, como foi citado anteriormente.

Para além desta questão de direitos, Nascimento ao tratar especificamente do caso dos marinheiros e sua respectiva cidadania na primeira década do século XX, atenta para a Constituição de 1891 e a ausência na mesma de qualquer menção aos direitos desses marinheiros, não havendo debate ou emenda que justificasse a exclusão daqueles. Dessa forma, em uma Constituição que refletiu a liberdade dos modernos na qual a participação política se dava pela representação, os marinheiros se viram sem poder participar das eleições de candidatos que os representassem na arena política, restava aos marinheiros que desejassem mudanças nas relações de trabalho, negociá-las com seus superiores hierárquicos.<sup>77</sup>

Como foi dito anteriormente, para José Murilo de Carvalho, a Estadania – a participação não através da organização de interesses, mas a partir da própria máquina governamental – seria a saída para aqueles que se viram excluídos de direitos políticos, e teria sido muito utilizada pelos “militares”. Entretanto, Nascimento chama a atenção que especificamente no caso dos militares que não eram oficiais e estavam distantes das principais instituições e homens ligados ao Estado, a Estadania não foi a saída para alcançarem mudanças nas relações de trabalho na Marinha de Guerra.

---

<sup>72</sup> NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008

<sup>73</sup> Por direitos compreendemos os direitos políticos, civis e sociais.

<sup>74</sup> Idem nota 56

<sup>75</sup> Idem nota 40

<sup>76</sup> NASCIMENTO, A. P. *Cidadania,...* op.cit., p.236

<sup>77</sup> NASCIMENTO, A. P. *Cidadania,...* op.cit., p.237

Para Nascimento, não havia esperanças por parte dos marinheiros em obter mudanças pelos meios da política institucionalizada, da Estadania, ou por solicitações ao ministro da pasta da Marinha.<sup>78</sup>

Segundo o autor, os marinheiros possuíam uma situação mais complexa que a dos civis no que se refere a terem seus direitos assegurados, pois, se a Constituição de 1891 lhes vedavam os direitos políticos, o Código Penal Militar restringia os seus direitos civis. Para esses marinheiros da Marinha de Guerra, que se viam distintos dos oficiais, o direito a voto não representava a melhor alternativa para alcançarem as melhorias nas relações de trabalho que tanto almejavam. Desta maneira, Álvaro afirma que o entendimento da palavra cidadania para aqueles atores era distinto da sua versão clássica, pois estaria muito mais ligada ao que àqueles entendiam por igualdade<sup>79</sup> e liberdade<sup>80</sup>.

E assim conclui o autor:

“Entre as revoltas na Primeira República, a da Vacina tem sido reconhecida como a que reuniu diversos grupos sociais nas ruas contra o governo e suas imposições e serviu para expor outras reivindicações – essas e demais considerações despertam à curiosidade de vários pesquisadores. A dos Marinheiros, no entanto, trouxe propostas claras ao governo, explorou a imprensa nacional e internacional e, acima de tudo, revelou os interesses daqueles homens comuns do início do século. Mostrou que eles sabiam das limitações da cidadania republicana, que direitos políticos e sociais não haviam sido ampliados para todos os trabalhadores mais pobres – fossem eles civis ou militares. A Revolta dos Marinheiros não era uma mera extensão dos interesses de indivíduos que desejavam tomar o poder do governo federal, nem fora arquitetada por um desses golpistas. Ela era resultado de debates, reuniões, convergências de idéias, interesses em comum dos homens que ocupavam os conveses e quartéis da Armada<sup>81</sup>.”

Uma perspectiva semelhante a de José Murilo de Carvalho é o estudo de Eduardo Silva, “As queixas do povo”<sup>82</sup> – obra que será melhor trabalhada no capítulo 3. O autor analisa a coluna do Jornal do Brasil “Queixas do Povo” entre 1900-1910. Segundo Silva, esta coluna permite inferir sobre as atitudes dos cidadãos em momentos não críticos, ou seja, em seu cotidiano enquanto habitantes dessa cidade.

<sup>78</sup> NASCIMENTO, A. P. *op.cit.*, p.238

<sup>79</sup> Por Igualdade o autor entende a igualdade para com os brasileiros civis e demais marinheiros das Forças Armadas estrangeiras, que não sofriam mais com castigos físicos e não eram tratados como escravos. p.239

<sup>80</sup> Por Liberdade o autor entende a liberdade da exploração do excesso de trabalho, da rigidez dos oficiais que castigavam e não desejavam compreender a terrível situação que os marinheiros enfrentavam. p.239

<sup>81</sup> NASCIMENTO, A. P. *Cidadania,...* *op.cit.*, p.245

<sup>82</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

De acordo com Eduardo Silva, as queixas não demarcam uma oposição ao Estado, mas reclamações contra o que é considerado inadequado ou arbitrário por parte dos agentes do governo, ou contra a falta de ação pública.

Essas queixas revelam que havia entre a população certa concepção do que devia constituir o domínio legítimo da ação do Estado, do que dizia respeito à atuação do Estado e devia então ser cobrado quando não era feito. Tratavam de uma maneira geral de denunciar problemas com segurança pública, limpeza pública, transportes e a questão do arruamento.

Esta mesma coluna do *Jornal do Brasil* foi pesquisada para o presente trabalho, – esta coluna será melhor trabalhada no próximo capítulo – porém num período posterior ao recorte adotado por Eduardo Silva. Em nossa pesquisa, privilegiando os anos 1920, verificamos que a população carioca permaneceu questionando e demandando do Estado a solução de problemas cotidianos, como saneamento, segurança, problemas com transporte, saúde, com policiamento e questões habitacionais.

Outra obra que também abordou o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, por meio da *Imprensa*, no período de 1840 à 1850, foi o trabalho de conclusão de curso de Marcello Otávio Neri de Campos Basile<sup>83</sup>. O autor utilizou como fonte, reivindicações, cobranças, denúncias e sugestões publicadas na coluna “cartas de leitores” encontradas no “*Jornal do Commercio*” e no “*Diario do Rio de Janeiro*”.

Contabilizando um total de duzentos e sessenta e uma correspondências analisadas, Basile agrupou a natureza das queixas em dois grandes blocos. O primeiro bloco se referia ao que o autor denominou de serviços públicos de infra-estrutura urbana<sup>84</sup> que compreendiam queixas referentes a saneamento e limpeza pública, transportes públicos, calçamento, abastecimento de água, iluminação pública e obras públicas em geral. Já o segundo fazia menção à questões sobre criminalidade, contravenção e segurança pública<sup>85</sup>, abrangendo roubos, golpes diversos, assassinatos, desordens, capoeiragens, o pudor e as irregularidades das autoridades.

Marcello Basile ressalta que tais fatores somente poderiam ser compreendidos se analisados a partir de sua relação com o contexto sócio-político da Corte e, precisamente, com o sistema escravista. Seu objetivo era compreender como se encontrava estruturada a cidade

---

<sup>83</sup> BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A cidadania emergente e o avesso da civilização e da ordem: problemas cotidianos urbanos e clamor público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850)*. Rio de Janeiro – IFCS – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996. (Monografia)

<sup>84</sup> BASILE, M. O. N. de C. *op.cit.* p.11

<sup>85</sup> Idem *Ibidem op.cit.* p.12

do Rio de Janeiro, quais eram as maiores necessidades da população representada pelas missivas e, para além disso, convergindo com nossa proposta, o autor propunha ainda compreender este ato de questionamento por parte da população como uma prática de cidadania, ainda que não no seu sentido pleno, mas ao menos de forma incipiente<sup>86</sup>.

Sob um ponto de vista próximo ao nosso, Marcello Basile destaca que nas queixas não se questionavam as funções do Estado enquanto regulador da sociedade. Segundo o autor, as questões das queixas constituíam os limites da consciência possível de cidadania daquela época<sup>87</sup>.

Basile destaca que a visão corrente era a de um Estado paternalista, baseado na figura de D. Pedro II. Dessa forma, muitos eram os casos de pessoas que buscavam alguma colocação junto a máquina do Estado. Referindo-se a esta alternativa o presente autor, julgou coerente associar esta atitude como correspondente ao que José Murilo de Carvalho chamou de Estadania<sup>88</sup>. Embora faça a ressalva de que este termo foi construído por Carvalho para caracterizar um modo de participação presente na Primeira República. Desta forma, Basile compreende enquanto Estadania, a estratégia de participação utilizada por aqueles que buscavam participação não através da livre organização, mas sim a partir de um posicionamento junto à máquina governamental.

Diante de uma política acentuadamente excludente como era no Império Liberal Brasileiro, na qual a maior parte da população não possuía direito a voto, e consequentemente o direito político não era um direito natural, cabia então a estes procurar meios indiretos de participarem. Como afirmou Basile, a seção de correspondências nos jornais compreendia um desses locais de participação e, nesse sentido, um espaço de possível cidadania<sup>89</sup>.

Desta maneira, Marcello Basile conclui afirmando:

“... não havia dúvida de que ao manifestarem-se publicamente, no exercício cotidiano da cidadania, os correspondentes estavam fazendo política. Não a grande política, institucionalizada, ao nível dos partidos, do Governo e dos órgãos públicos de representação [...], mas o que poderíamos chamar de pequena política, mais pragmática e objetiva ao nível do cotidiano e das demandas espontâneas e diretas da cidade e da população, mais aberta, portanto, à participação. Política, assim, no sentido de ação da cidadania em prol da realização do bem comum, do interesse público. O que assiste-se aqui, no Brasil [...] é o despontar do espírito público, é a

---

<sup>86</sup> Idem *op.cit.* p.14

<sup>87</sup> Idem, *Ibidem op.cit.* p.383

<sup>88</sup> CARVALHO, J.M. *Os bestializados...*, *op. cit.* pp. 146-147

<sup>89</sup> BASILE, M. O. N. de C. *A cidadania emergente...* *op. cit.* p.390

afirmação daquela força vaga e cada vez mais atuante e , portanto, mais respeitada e temida, conhecida como opinião pública. Ao reclamar, ao reivindicar [...] o correspondentes típico não colocava-se apenas como um indivíduo [...] mas, acima de tudo como um cidadão, em busca de melhores condições gerais de existência [...]. Estava, assim, construindo e delimitando o conteúdo da cidadania [...] Ao exercitar a cidadania nas cartas, o correspondente realizava a sua educação política. O momento da consolidação do Estado Imperial Brasileiro assinalava, assim, o despontar do processo de formação da cultura política moderna no Brasil, ou, mais precisamente, na efervescente Corte do Rio de Janeiro<sup>90</sup>.”

Marcelo Magalhães, outro autor que se dedicou à análise do exercício da cidadania no período, em sua tese de doutorado, *Ecos da Política: A capital Federal, 1892-1902*<sup>91</sup>, propõe uma interpretação sobre esses cidadãos distinta daquela desenhada na obra de José Murilo de Carvalho. Ao analisar a documentação do Conselho Municipal – Órgão do Legislativo local da cidade – em seu trabalho, Magalhães sustenta que havia sim uma participação no campo político-institucional por parte dessa população, apesar do modelo excludente vigente<sup>92</sup>. Ao trabalhar com os Anais do Conselho Municipal, o autor verificou que muitas eram os pedidos feitos pelos intendentes para responder os anseios da população que utilizava aquela máquina para fazer solicitações. Magalhães também destaca a importância da coluna “Queixas do Povo,” trabalhada por Eduardo Silva, como um espaço importante de acesso para essa população se dirigir e atuar defendendo os seus direitos.

É importante também destacar o trabalho Gladys Sabina Ribeiro, *O povo na Rua e na Justiça, a Construção da Cidadania e Luta por Direitos: 1889-1930*<sup>93</sup>, no qual a autora destaca a importância desses autos para estudos sobre a cidadania no Brasil. Com base nesses processos, Gladys afirma que a população não foi apenas reativa ao longo da Primeira República, foi também propositiva ao ir à Justiça reivindicar<sup>94</sup>. Para além dessa afirmação, sublinha que o Estado não era usado somente na busca de interesses pessoais, pois questionavam-se direitos que não eram tradicionais. A autora conclui que os processos apontam para uma direção contrária a proposta por José Murilo de Carvalho sobre a

<sup>90</sup> Ibidem, *op. cit.* pp.393-394

<sup>91</sup> MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Política: A capital federal, 1892-1902*. Niterói: PPGH - Universidade Federal Fluminense, 2004. (Tese de Doutorado)

<sup>92</sup> MAGALHÃES, M.S. *Ecos da Política... op.cit.*, p.19

<sup>93</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. “O Povo na Rua e na Justiça, a Construção da Cidadania e Luta por Direitos: 1889-1930” In: SAMPAIO, Maria da Penha Franco BRANCO, Maria do Socorro C. LONGHI, Patrícia. *Autos de memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal – Rio de Janeiro*, 2006.

<sup>94</sup> Idem, Ibidem, *op.cit.* p.162

“estadania”, pois as pessoas usaram a Justiça desde o período imperial para alargarem direitos.

Ribeiro aponta ainda para a importância dos processos de *habeas corpus* como exemplos de cidadania participativa e o papel fundamental que estes representavam para o projeto de democracia forjado pelos idealizadores da *res publica*.

Apesar desses trabalhos citados contribuírem para o debate sobre o processo de construção da cidadania no Brasil na Primeira República, nenhum deles focaliza os anos 1920, nem foram estruturados a partir do conjunto de fontes que serão utilizados no presente trabalho, demarcando a importância da nossa contribuição para o aprofundamento dessa discussão.

## **2. As Queixas do Povo**

A Constituição de 1891<sup>95</sup> pouco acrescentou em matéria de ampliação da cidadania. De acordo com o Art.70, eram excluídos do direito ao voto os menores de vinte e um anos, as mulheres, os analfabetos, mendigos, frades e praças de pré,<sup>96</sup> ou seja, cerca de 80% da população. Apesar de não preencher os requisitos necessários para participar do jogo político formal, muitas foram as estratégias de atuação desenvolvidas por essa população que nada tinha de apática ou de bestializada. Ao longo do período, a população carioca se manifestou através de outros espaços, como a Imprensa.

Longe de se dirigir ao Estado apenas em momentos de crise, ou em momentos em que o “pacto invisível” entre esta e o Estado era quebrado, como sugere José Murilo de Carvalho, o que verificamos ao pesquisarmos a coluna Queixas do Povo do Jornal do Brasil, ao longo da década de 1920, é o exercício diário desta população de reivindicar ao Estado o que se concebia como deveres deste.

Essas queixas não revelavam qualquer oposição ao Estado, eram reclamações contra o que se considerava inadequado, arbitrário, algo que para esses cidadãos caberia ao Estado corrigir e agir diretamente para solucionar tal deficiência. Essa atitude por parte da população demarcava uma concepção do que viria a ser o papel do Estado.

Como foi dito anteriormente, havia a imagem de uma população que não se preocupava ativamente com seus direitos, que não reclamava dos problemas enfrentados, uma população atônita, indiferente, e pouco ciente de seus direitos. No entanto, o estudo dessas queixas demonstra justamente o contrário. Por ser uma coluna gratuita, na qual indivíduos que não soubessem escrever poderiam simplesmente se dirigir a portaria do Jornal do Brasil e narrar sua queixa, percebemos que esses indivíduos tinham consciência sim do que estava prejudicando-os e, no ato de reclamar, esboçavam alguma atitude.

---

<sup>95</sup> BECKER, Antonio. Constituições Brasileiras de 1824 a 1988. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. Vol.1 pp.25-42

<sup>96</sup> Excetuados os alunos das escolas militares de ensino superior.



Essa ação demarca que para estes indivíduos havia sim uma concepção de deveres e direitos, isto é, compreendiam que o que reclamavam era algo que deveria ser feito pelo Estado e, se o mesmo não fazia, cabia então a esses indivíduos reivindicarem as melhorias necessárias.

O fato de existir uma queixa pressupõe o reconhecimento de um direito, logo, como afirma Eduardo Silva, um conjunto dessas queixas representa o que pode ser considerado um exercício cotidiano de cidadania<sup>97</sup>. Outro fator também importante é que ao tomar essa atitude de queixar-se o povo colocava o Estado no centro da problemática da cidadania, na qual o mesmo aparecia tanto como um vilão, quando se tinham queixar contra o Estado, quanto como regulador, quando tínhamos queixas ao Estado.

As queixas permitem inferir de um lado o nível de vida e, de outro, o grau de consciência das classes populares no tocante aos direitos de cidadania.

No período pesquisado foram catalogadas um total de 1.051 queixas, sendo considerados os seguintes dados: data e página do jornal, autor, freguesia, a natureza da queixa bem como sua justificativa. A seguir será demonstrado o que era mais requisitado pela população.

O quadro nº 1 apresenta a quantidade de queixas por ano.

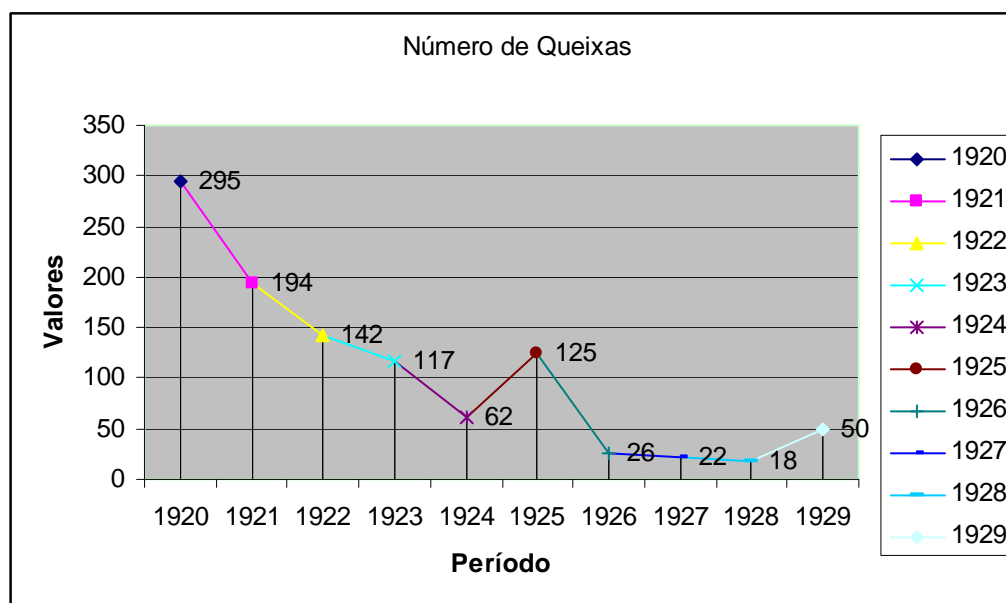
### QUADRO I

<b>Queixas do Povo – (1920-1929)</b>	
<i>Ano</i>	<i>Queixas</i>
1920	295
1921	194
1922	142
1923	117
1924	62
1925	125
1926	26
1927	22
1928	18
1929	50
<b>TOTAL</b>	<b>1051</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro (1920-29).

<sup>97</sup> Silva, Eduardo. As queixas do Povo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p.34

GRÁFICO 2



FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro (1920-29).

A partir desses recursos que facilitam a nossa visualização, verificamos que houve uma maior concentração do número de queixas nos primeiros anos da década de 1920, ainda que com a presença de um declínio até 1924. Ocorre um breve salto em 1925 para em seguida persistir a queda e novamente se verificar uma ligeira alta no último ano pesquisado (1929). Destacamos que os dados referentes ao ano de 1923 não contém a análise dos meses de março e abril devido à indisponibilidade do microfilme na Biblioteca Nacional, pois os mesmos encontravam-se em restauração.

Como justificar essas quedas e altas? É bem provável que, a partir de 1923, no governo de Arthur Bernardes, devido ao Estado de Sítio, a população tenha enfrentado maior dificuldade para se dirigir ao jornal; é possível ainda que a população tenha escolhido outro canal para expressar suas reclamações ou, na melhor das hipóteses, tenha ocorrido uma melhora no que tradicionalmente era alvo de reclamações.

Os motivos das queixas eram diversos. De um modo geral, a grande maioria delas eram relativas a questões de saúde pública, higiene, segurança, além de reclamações quanto a moralidade, aos transportes públicos, as habitações nas quais muitas das vezes se queixava de algum vizinho ou do arrendatário da casa de cômodos e até mesmo a comércio e relações de trabalho. Em número menor temos relatos de violências a mulheres e crianças.

Para melhor esboçarmos tais dados traçaremos uma tabela geral dos quesitos escolhidos para separarmos as queixas, e em seguida as analisaremos de acordo com sua natureza.

**TABELA 1**

<b>Natureza das Queixas</b>	<b>1920</b>	<b>1921</b>	<b>1922</b>	<b>1923</b>	<b>1924</b>	<b>1925</b>	<b>1926</b>	<b>1927</b>	<b>1928</b>	<b>1929</b>
Polícia e Forças Armadas	24	12	9	4	5	10	1	2	0	3
Vadios e Desocupados	27	20	11	3	6	13	4	4	2	1
Moralidade Pública	13	8	6	11	4	10	1	2	1	0
Violência contra mulheres e crianças	4	4	1	2	0	2	1	0	0	1
Luz	9	5	4	4	2	4	1	0	1	0
Água	7	5	2	9	0	11	6	0	2	4
Saneamento e Limpeza Pública	85	62	44	40	21	45	6	5	11	16
Meios de Comunicação e Transportes	12	9	9	7	1	4	2	1	0	1
Pedidos de Obras ou Providências	16	15	7	8	2	4	0	1	0	1
Habitação	17	17	12	5	4	5	0	3	0	2
Comércio e Serviços	34	10	9	8	8	9	1	2	0	0
Salário e Relações de Trabalho	21	16	10	2	7	5	3	2	0	1
Candomblés e Centros Espíritas	5	4	0	0	0	0	0	1	0	0
Outros	25	17	19	15	3	9	1	0	2	5
Ilegíveis	10	8	6	0	3	0	0	3	1	16
<b>TOTAL</b>	<b>295</b>	<b>194</b>	<b>142</b>	<b>117</b>	<b>62</b>	<b>125</b>	<b>26</b>	<b>22</b>	<b>18</b>	<b>50</b>

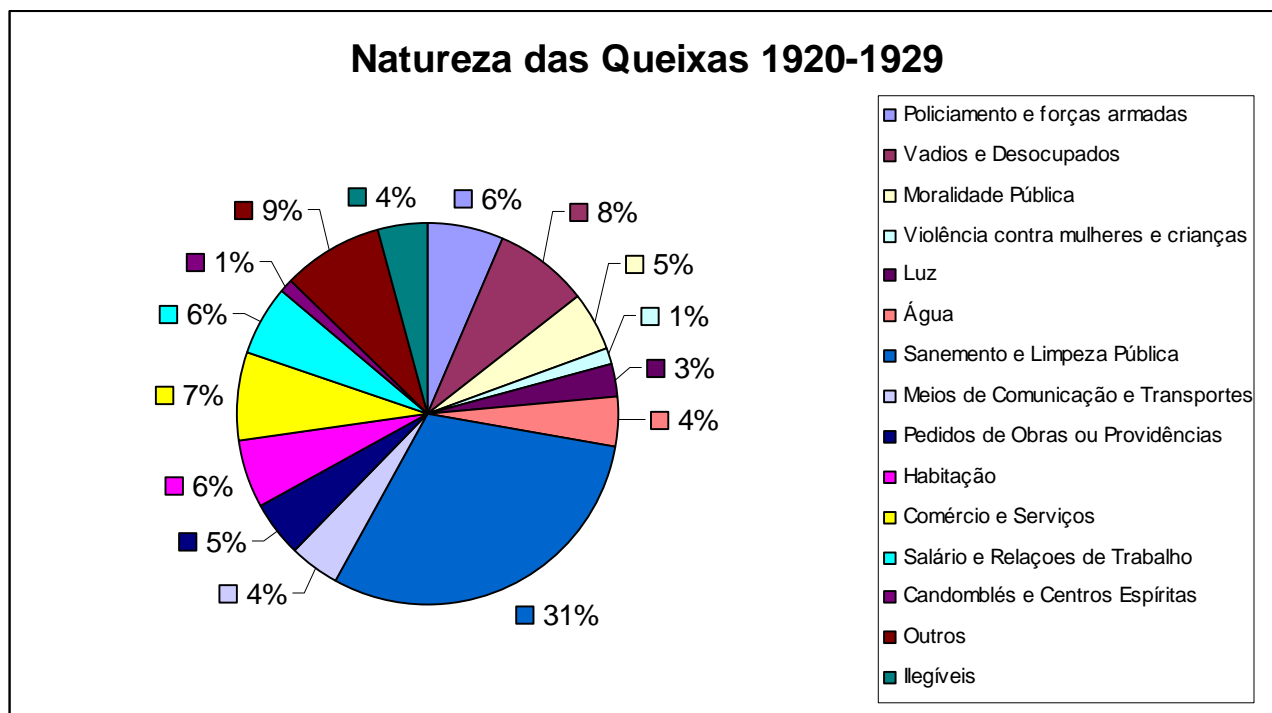
FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro (1920-29).

Destacamos que o valor “Total” indicado na tabela não se refere à soma dos dados da coluna referente, e sim ao total de queixas catalogadas naquele ano. A diferença da soma se dá devido ao fato de que uma única queixa poderia conter varias reclamações, preenchendo assim mais que um dos quesitos indicados na tabela, como é o caso da queixa dos moradores da rua Frei Caneca que pedem providência as autoridades, pois “nesta rua falta tudo, higiene, luz, moralidade”<sup>98</sup>

<sup>98</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 22 de março de 1920, p.9

O gráfico a baixo possibilita uma maior compreensão em termos de porcentagem da natureza das queixas ao longo da década analisada.

**GRÁFICO 3**



FONTES: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro (1920-29).

Nota-se a preponderância de queixas relacionadas a questões de limpeza pública e saneamento. Este, sem dúvida, era um problema enfrentado por moradores de diversas partes da cidade, e que esteve presente ao longo de todos os anos estudados na coluna “Queixas do Povo”.

Dentre essas queixas, podemos citar a dos moradores da rua Silva Mourão que se dirigiram ao Jornal do Brasil para reclamar da limpeza pública, pois “o capim ali chega a altura de mais de 1 metro”<sup>99</sup>. Esse também é o caso dos moradores da rua Flack, que reclamaram sobre os buracos ali existentes e pediram que a rua fosse asfaltada<sup>100</sup>, bem como dos moradores da Estação Realengo, que diziam que o Prefeito havia esquecido daquela rua que apresentava matagal espesso<sup>101</sup> e dos moradores da rua Magalhães Couto, que

<sup>99</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de janeiro de 1920, p.10

<sup>100</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 31 de julho de 1920, p.8

<sup>101</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 08 de julho de 1920, p.13

questionaram o estado de abandono da via, devido à falta de capinação<sup>102</sup>. Os moradores da rua Luiz Delfino também ressaltam o estado de abandono da rua que há 2 anos não era capinada<sup>103</sup>. Já os moradores da rua Padre Miguelino afirmavam ser a rua “Uma verdadeira Sapucahy que vai formando lixo por todos os cantos”<sup>104</sup>. A rua Tenente Costa também foi alvo de reclamação. Segundo os queixosos, a via estava abandonada, cheia de mato, possuía carros arreventados por toda a parte e esgoto e ralos entupidos<sup>105</sup>.

Para além dessas queixas, que apontam para o matagal existente nas ruas que não eram capinadas há muito tempo, temos casos mais específicos, também referentes à limpeza pública e saneamento, como a dos moradores que reclamavam do mau cheiro que exalava do Cemitério do Carmo, ameaçando a saúde de todos<sup>106</sup>. Vale mencionar também a dos moradores da rua Felipe Camarão, que apontavam para o estado lastimável do Rio Maracanã, devido ao despejo de detritos da cachoeira da rua Zulmira, produzindo uma fedentina enorme<sup>107</sup>. Os moradores da rua Engenheiro Mario Nazareth reclamavam da falta de esgoto, pois, segundo o relato deles, a Prefeitura havia mandado construir uma vala no local para escorrer o esgoto das fossas sanitárias formando um lamaçal que transmitia doenças<sup>108</sup>. Detectamos também no período cartas de moradores do centro que se queixavam sobre o estado da rua do Lavradio pois a mesma: “continua intransitável com o barro que rolou do Morro Santo Antônio, é uma tortura para os moradores se locomoverem<sup>109</sup>”.

Os moradores tinham tanto a concepção do que seria o papel do Estado que, em uma queixa sobre a rua Frei Caneca, os mesmos afirmam que o trecho estava em completo abandono e pediam isenção de impostos<sup>110</sup>. Essa queixa deixa claro o entendimento dos moradores quanto ao papel do Estado, pois ao cumprirem seu dever de pagar os impostos deveriam então desfrutar de seus direitos que eram obrigação do Estado.

Os queixosos reclamavam por muitas das vezes sofrerem com problemas de Limpeza Pública, enquanto ruas vizinhas a deles recebiam a atenção das autoridades. Esse foi o caso dos moradores da rua São Roberto, no Estácio, que reclamaram do mato que avassalou a rua impedindo-os de atravessá-la e chamavam a atenção do diretor de Limpeza Pública: “atenção

<sup>102</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 29 de julho de 1920, p.9

<sup>103</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 8 de março de 1922, p.9

<sup>104</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 8 de março de 1922, p.9

<sup>105</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de janeiro de 1923, p.12

<sup>106</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 25 de fevereiro de 1920, p.12

<sup>107</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 26 de novembro de 1921, p.7

<sup>108</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 7 de fevereiro de 1922, p.10

<sup>109</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 7 de março de 1922, p.11

<sup>110</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 26 de abril de 1922, p.12

do director de limpeza publica para o facto tanto mais que as ruas próximas, Maria Lacerda e S. Luiz, sofrem constantes limpezas e lá só de 2 em 2 anos, ou mais”<sup>111</sup>.

Havia ainda moradores que ironizavam diante da realidade com que se deparam, como os moradores da rua Pedro Álvares Cabral, que reclamam do matagal que já passava de 1 metro e que denominavam de “floresta-virgem”. Indignados, esses moradores sugeriram que na próxima comemoração do centenário esta via fosse transformada em mata-virgem<sup>112</sup>. E até mesmo caso de moradores que faziam questão de destacar a presença de autoridades públicas residentes em sua rua, e se indignavam, pois, apesar desta vizinhança, a rua não tinha melhorias. Este é o caso dos moradores da rua Petrópolis, em Santa Tereza, que alegavam que ali residia um engenheiro da Prefeitura, mas mesmo assim a rua encontrava-se em estado lastimável, o mato crescia e o capim já era muito alto<sup>113</sup>.

Em Inhaúma, os moradores reclamavam de ruas transformadas em pastos para animais e da inoperância dos fiscais da prefeitura<sup>114</sup>. Essa falta de condições mínimas de higiene prejudicava diretamente a saúde pública, como fica claro no caso dos moradores da travessa Bitterncourt, que se queixavam que a rua se encontrava cheia de mato e águas pútridas, gerando mosquitos e falta de salubridade. A mesma dificuldade era enfrentada pelos moradores da Avenida 79, na rua Angelina, que denunciavam o perigoso e lastimável estado que a mesma se encontrava, devido à falta de válvula de descarga, o que fazia com que o esgoto transbordasse provocando mau cheiro.<sup>115</sup>

Os moradores da Tijuca também se queixavam da falta de limpeza na caixa d’água, o que provocava casos de typho na região<sup>116</sup>. Já em Copacabana, as queixas eram contra a formação de poças na Av. Atlântica, devido às chuvas e à falta de ralos para escoar a água que se acumulava<sup>117</sup>. Como se pode perceber, as queixas advinham de distintas partes da cidade, demonstrando que não havia uma região que não enfrentasse problemas de infra-estrutura urbana.

Havia também, em grande quantidade, queixas sobre casas de cômodo. Estas abrangiam outros quesitos catalogados, como higiene e moralidade. Os moradores da rua Senador Euzébio, por exemplo, se queixavam da falta de condições higiênicas na casa de

<sup>111</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de fevereiro de 1921, p.6

<sup>112</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 3 de abril de 1921, p.8

<sup>113</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 24 de março de 1928, p.12

<sup>114</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 26 de dezembro de 1922, p.16

<sup>115</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 29 de maio de 1923, p.13

<sup>116</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de agosto de 1924, p.13

<sup>117</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de fevereiro de 1929, p.15

cômodo local, que provocava casos de varíola devido à imundície e acúmulo de inquilinos<sup>118</sup>. Problemas semelhantes eram reportados pelos moradores da rua Estrella, que se queixavam da falta de higiene na casa de cômodos localizada no n.º 41 e alegavam que apesar do locatário ter aumentado o aluguel, não havia higiene nem água suficiente. Tal casa contava apenas com 1 vaso sanitário para todos<sup>119</sup>. As estalagens eram grandes focos de doenças para a população, e não só seus moradores como seus vizinhos se dirigiam ao jornal para demonstrar sua preocupação.

Muitas eram as insatisfações dos moradores dessas casas com seus respectivos locatários. Os moradores da avenida Mesquita também se mostraram indignados com o aumento do aluguel da casa de cômodos, diante da falta de conforto e de higiene ali presentes<sup>120</sup>. O Sr. Orlando José do Nascimento, morador da rua Desembargador Isidoro, nº 60 reclamou, em setembro de 1921, do novo senhorio, Sr. Hercules Lima, pois este pediu que os inquilinos saíssem do prédio e mesmo dando um prazo, acabou cortando a água antes desta data. Em função do exposto, exclamavam os inquilinos: “senhorio desalmado, cortou a água dos inquilinos<sup>121</sup>”. Também se referindo às precárias condições de uma casa de cômodos, temos a queixa dos moradores da rua do Pinto que cobravam providências do proprietário, pois a casa estava quase ruindo e não eram tomadas providências<sup>122</sup>.

Após prescritas algumas queixas referentes a estalagens, percebemos que ainda na década de 1920, portanto muito tempo após o período do “bota-baixo” do Prefeito Barata Ribeiro e da remodelação urbana empreendida por Pereira Passos, as habitações coletivas e populares ainda continuavam presentes e geravam uma série de problemas para a população carioca.

---

<sup>118</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 7 de janeiro de 1920, p.8

<sup>119</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 3 de fevereiro de 1921, p.6

<sup>120</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 25 de março de 1921, p.11

<sup>121</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de setembro de 1921, p.12

<sup>122</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de maio de 1923, p.12

## ILUSTRAÇÃO 1



FONTE: Cortiço na rua do Senado. Foto Augusto de Malta, 1906. Seleção executada pela Fundação Casa de Rui Barbosa em pesquisa coordenada por Solange Zúñiga do acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (F.C.R.B./A.G.C.R.J.) *apud* MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE/INM/Divisão de Música Popular, 1983. p.33



## ILUSTRAÇÃO 2



FONTE: Cortiço existente nos fundos do prédio nº12 a 44 na rua do Senado. Foto Augusto de Malta, 1906. (F.C.R.B./A.G.C.R.J.) *apud* MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE/INM/Divisão de Música Popular, 1983.p.35

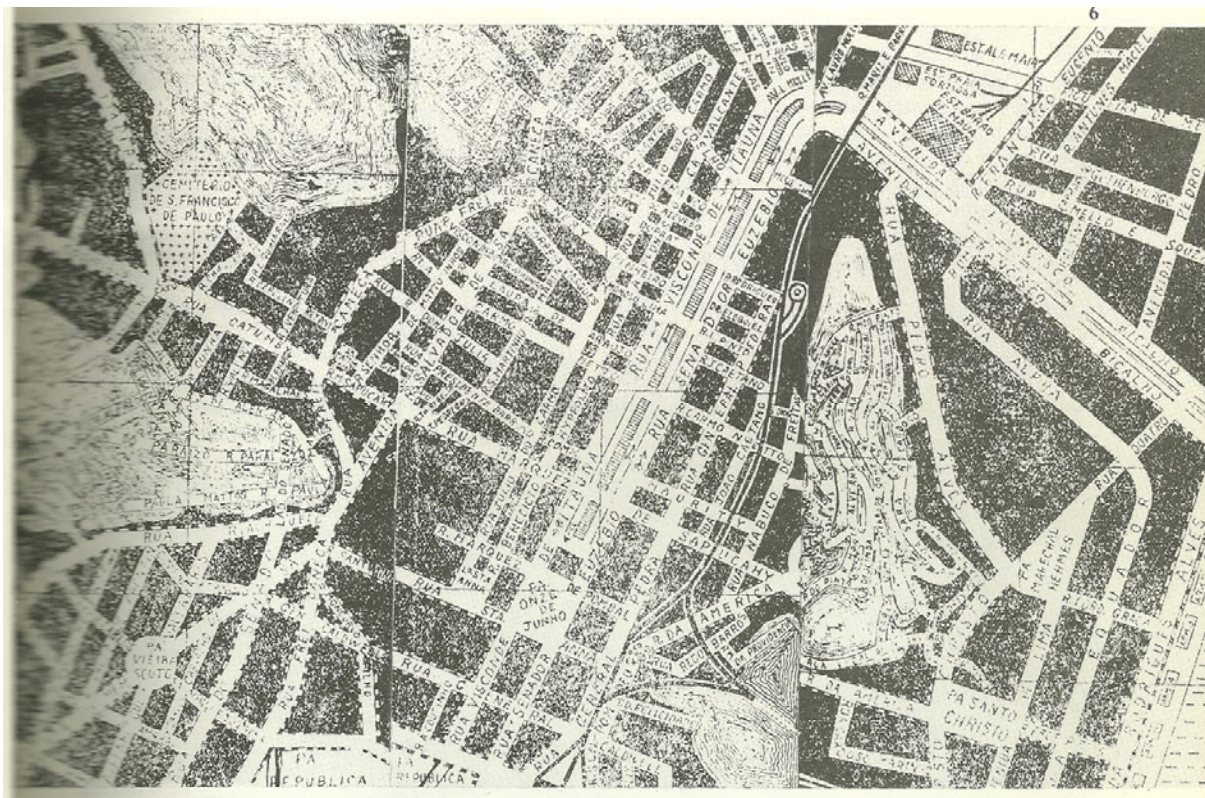
## ILUSTRAÇÃO 3



FONTE: Cortiço com entrada pelo nº47 na Rua Visconde do Rio Branco. Foto Augusto de Malta, 1906. (F.C.R.B./A.G.C.R.J.) *apud* MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE/INM/Divisão de Música Popular, 1983.p.34

Consideramos conveniente apresentar um mapa da cidade do Rio de Janeiro que possibilita localizar as ruas das quais vinham a maioria das queixas.

#### ILUSTRAÇÃO 4



FONTE: Planta abrangendo a Praça Onze, Mangue, Praia Formosa e Cais do Porto. In: GUTMAN, Eugênio e João, Mapa portátil e guia das ruas da cidade do Rio de Janeiro e seus subúrbios. 7 ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1929, p.174 e 475. Plantas 8,9,10. *apud* MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, FUNARTE/INM/Divisão de Música Popular, 1983.p.37

Além das queixas sobre as estalagens, destacamos também as queixas sobre policiamento, que muitas das vezes se apresentavam relacionadas com o que os queixosos chamavam de vadiagem.

Os moradores da rua do Tunnel Novo denunciavam os “vadios que cometem tropelias e proferem obscenidades, as famílias não podem mais chegar as janelas de suas casas” e alfinetavam as autoridades de segurança “A polícia do 7º districto não poderá pôr cobro a semelhante abuso?”<sup>123</sup>. Havia ainda queixas que apontavam para abusos praticados por policiais, como a dos moradores da rua Ermelinda, que criticaram a violência dos guardas

<sup>123</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de janeiro de 1920, p.7

municipais: “apanham roupas que estão em terrenos que não são via pública<sup>124</sup>”. Muitas eram também as reclamações de pessoas que declaravam terem sido presas sem motivo, como o Sr. Delphim Rodrigues, da rua Visconde de Itaúna, que “foi preso por policia civil ao tentar atender cliente” e justificava “preso sem motivo por 21 horas<sup>125</sup>”, bem como do Sr. Emilio Alexandre, da Estação Bento Ribeiro, que havia sido preso, segundo seu relato, enquanto brincava com amigo<sup>126</sup>.

Queixa muito interessante foi a referente a pessoas que se intitulavam policiais e ameaçavam os outros, como afirmou os Srs. Manuel Fonseca e Armando Ferreira, da rua Estácio de Sá, n.º 21. Ambos disseram ao Jornal que foram abordados ao pegar o bonde por dois homens que exigiram dinheiro se intitulando agentes da polícia, caso contrário seriam levados presos. Segundo os queixosos, um deles se chamava Antonio Novaes de Barros. Por se sentirem amedontrados, os autores das queixas contaram que acabaram pagando uma cerveja<sup>127</sup>.

Também intrigante é a queixa referente ao delegado que não aparecia na delegacia. Esta queixa não possui identificação do autor nem da freguesia, no entanto nos leva a supor que seria de algum funcionário deste Distrito. Ele afirmou que: “O delegado não aparece”, se referindo ao delegado do 19º Distrito que não comparecia a delegacia há dias. O reclamante justificou sua reclamação com base no transtorno que a ausência dele produzia: “tem vários papéis pro mesmo assinar<sup>128</sup>”.

Ainda sobre policiamento, temos uma queixa no Campo de Santana que trata da presença de colegiais que, segundo os reclamantes, “pescam pequeno peixes” e o guardas de serviço nada faziam<sup>129</sup>. Os moradores da rua Marquez de Pombal também se queixavam da ausência de segurança: “a falta de policiamento faz com que alunos saiam das aulas e cometam várias depredações”, pois, “vidraças são partidas por pedras que atiram esses alunos<sup>130</sup>”.

Muitas pessoas questionavam a falta de policiamento que acabava por contribuir para a grande quantidade de assaltantes, como os moradores da rua Barão do Ubá, que afirmavam

---

<sup>124</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 4 de novembro de 1920, p.10

<sup>125</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de dezembro de 1920, p.10

<sup>126</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de dezembro de 1920, p.10

<sup>127</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de agosto de 1921, p.12

<sup>128</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de fevereiro de 1922, p.12

<sup>129</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de maio de 1925, p.17

<sup>130</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de setembro de 1923, p.14

serem assaltados quase todas as noites por falta de policiamento,<sup>131</sup> bem como os transeuntes da rua Manuel Marques, que reclamavam dos “assaltos constantes por grupos desordeiros que se reúnem ali pra jogar o monte” e uma “senhorita foi agarrada e ameaçada por aqueles quando ia pro trabalho<sup>132</sup>”.

Temos também as queixas sobre vadiagem que estão diretamente ligadas às de segurança e moralidade pública. O Sr. Antônio Teixeira, residente no Largo do Machado, se queixou dos carregadores que se reuniam nessa região e que enquanto passava com sua esposa por ali lhe dirigiram grosserias<sup>133</sup>. Os moradores da rua Barão de Galboa se queixavam de uma mulher, que chamavam de *Rita malcreada*, alegando que ela provocava as famílias que moravam proferindo “palavras que o decorô manda calar”<sup>134</sup>. Já os moradores da rua da Real Grandeza se queixavam de mulheres do n.º 124, casas 6 à 8, que falavam palavras “horríveis” e “discutem e falam palavras que desonram o brio das famílias<sup>135</sup>”. Famílias e moradores da rua da Misericórdia também usaram a imprensa para cobrar providências em relação ao que chamavam de “baixo meretrício que invadiu essa (sic) zona”, pois, essas mulheres “fazem (sic) cenas obscenas e escândalos em plena rua<sup>136</sup>”. O mesmo foi feito pelos moradores do Campo de São Cristóvão, que reclamaram do mulherio que ali se reunia e “ataca-se (sic) com os transeuntes”, impedindo a livre circulação das famílias na região à noite<sup>137</sup>.

Esses comportamentos relatados pelos queixosos eram motivo de freqüentes reclamações, como a feita pelos moradores da rua dos Inválidos, que reclamaram da presença de “vagabundos turbulentos” que “dirigem ofensas as famílias e transeuntes<sup>138</sup>”. Há também uma sobre uma brincadeira considerada de mau gosto, como reportaram moradores da rua Pinheiro Guimarães: “desocupados colocam arame para que os transeuntes caiam”.<sup>139</sup> Bem como uma queixa, que não apresenta autor nem freguesia, e se refere à “malta de vagabundos que se reúnem no Cães do Porto e chegam a dormir nas calçadas<sup>140</sup>”.

---

<sup>131</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de maio de 1921, p.14

<sup>132</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de novembro de 1921, p.17

<sup>133</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de dezembro de 1920, p.4

<sup>134</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de março de 1921, p.9

<sup>135</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de junho de 1921, p.13

<sup>136</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de fevereiro de 1922, p.9

<sup>137</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de setembro de 1921, p.10

<sup>138</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 9 de fevereiro de 1923, p.19

<sup>139</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de março de 1925, p.11

<sup>140</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 28 de março de 1921, p.6

Havia muitas queixas relativas a reuniões de garotos nas ruas. A dos moradores da rua Vieira da Silva e Minas é uma delas: “bando de garotos que andam ali atirando pedras nas vidraças<sup>141</sup>”. Na rua Frei Caneca alguns moradores reclamaram dos “moleques que se reúnem na rua Paula Matos e se divertem em atirar pedras nas janelas<sup>142</sup>”. Os moradores de São Cristóvão também se queixaram sobre “grupo de almofadinhas que se reúnem ali e dirigem groceijos as moças.<sup>143</sup>” Outra queixa interessante é a dos moradores da rua Regeneração e Proclamação sobre “vagabundos e desordeiros que infestam aquela zona.” Segundo eles, além da “barulheira de candomblés, dizem palavras indecentes.<sup>144</sup>” Vale destacar, problemas com os candomblés também estavam presentes em algumas queixas, conforme veremos mais a frente.

Era freqüente também, além das queixas relativas à vadiagem, as reclamações sobre a prática do jogo de futebol pelas ruas, como é o caso de moradores da rua Theodoro da Silva que afirmaram: “a cidade está transformada num campo de futebol, operários em horário de folga vão jogar na rua e quebram vidros e telhados<sup>145</sup>”. Semelhante reclamação foi feita pelos moradores das ruas Santa Carolina, São Miguel,<sup>146</sup> Mattozinho<sup>147</sup> e Bento Lisboa, que queixaram-se dos “aprendizes da uma fábrica de bolsas que passam o tempo jogando futebol na rua.” O futebol era considerado “uma diversão perigosa, que impede que as famílias cheguem as janelas<sup>148</sup>”. Os moradores da Usina chegaram a solicitar que fosse reprimido o jogo de futebol na rua por que: “os policiais consentem os jogos e os moradores ficam privados de sair de casa e tem seus jardins estragados<sup>149</sup>”.

A grande presença de reclamações sobre jogos de futebol pelas ruas demonstra que esse era hábito bastante comum entre trabalhadores e pessoas sem ocupação; prática essa que provocava muitas vezes prejuízos à vizinhança.

A ação dos considerados indesejáveis gerava muitos transtornos para a cidade. A polícia era sempre questionada por não reprimir a ação daqueles que insistiam em quebrar janelas ou até mesmo atirar ovos nas casas, como reclamaram os moradores da rua São Pedro: “A noite indivíduos falhos de espírito, levam a atirar ovos podres nas portas dos commodos

<sup>141</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de outubro de 1925, p.9

<sup>142</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de julho de 1926, p.21

<sup>143</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de outubro de 1925, p.15

<sup>144</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de setembro de 1927, p.17

<sup>145</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de outubro de 1925, p.12

<sup>146</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de julho de 1926, p.16

<sup>147</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 22 de março de 1928, p.16

<sup>148</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 29 de junho de 1928, p.15

<sup>149</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de outubro de 1921, p.10

ocupados por famílias<sup>150</sup>”. Estas queixas apontam para a forte incidência de desocupados na cidade do Rio já naquela década.

Muitas eram também as queixas sobre problemas como o fornecimento de Luz e Água em diferentes bairros da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos 1920. Os moradores da rua Barão de Gamboa, por exemplo, reclamavam por só haver uma bica para servir cerca de mil famílias, e, além disso, os guardas da obras públicas fecharem os registros à noite: “contra acto desumano do referido guarda reclamam os ditos moradores<sup>151</sup>”.

Moradores da avenida Henrique Valadares reclamavam por estarem há dias sem água e afirmavam: “precisam dos vizinhos para não morrerem de sede<sup>152</sup>”. Os da rua General Pedra, n.º 169 solicitavam que a mesma fosse “ abastecida de água<sup>153</sup>” a fim de resolver o problema da falta de higiene nas casas.

Para além da falta d’água, ainda havia problema com a qualidade da mesma, como demonstrou a queixa do Sr. Álvaro de Oliveira Amaral, residente na rua Benedito Hipólito, que classificou a bica da seguinte maneira: “não é bica, é um jardim zoológico,<sup>154</sup>” pois ao abri-la saiu um bicho de meio metro, o que o fez solicitar providências da companhia de água.

A população do Santíssimo<sup>155</sup> também se dirigiu ao jornal para apresentar o seu sofrimento ocasionado pela falta d’água, assim como os moradores da rua José Bonifácio que reclamavam dos prejuízos dela oriundos<sup>156</sup>. Já os moradores da Estrada Vicente de Carvalho questionavam a falta d’água naquele local devido a um cano arreventado que abastecia de água o local<sup>157</sup>.

Os motivos da falta d’água eram diversos, iam desde a problemas relacionados ao crescimento desordenado da cidade, à roubo de canos e fechamento de hidrômetros pelos proprietários de casas de cômodos. Assim, moradores de Piedade afirmavam em 1926: “ladrões não dormem e roubam os canos d’água<sup>158</sup>.” Já os moradores da rua Navarro, no

---

<sup>150</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de fevereiro de 1921, p.9

<sup>151</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de janeiro de 1920, p.11

<sup>152</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 17 de dezembro de 1921, p.10

<sup>153</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de março de 1920, p.11

<sup>154</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de fevereiro de 1922, p.11

<sup>155</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de abril de 1925, p.14

<sup>156</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 18 de junho de 1926, p.19

<sup>157</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de maio de 1925, p.17

<sup>158</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 28 de maio de 1925, p.10

Catumby, questionavam a falta d'água na casa de cômodos pois o “hidrômetro vive fechado<sup>159</sup>”.

Já no que se refere à falta de Luz e/ou Iluminação Pública, podemos citar algumas queixas, dentre elas a de moradores da rua Machado de Assis que afirmavam, em 1920, que: “falta de luz reina (sic) naquela rua<sup>160</sup>” ficando a mesma completamente às escuras. A mesma queixa era feita pelos moradores da rua Barão de Itabagipe, que pediram providencias para não serem mais sacrificados,<sup>161</sup> e da rua Padre Roma, no Encantado, que afirmavam viver na escuridão reinante<sup>162</sup>.

É interessante o caso dos moradores da rua Caldas Barbosa. Eles afirmavam “nas casas há luz elétrica, mas na rua não<sup>163</sup>” e assim solicitavam providencias. O problema da falta de luz atingira diferentes pontos da cidade. Os moradores de Copacabana, por exemplo, se queixaram da Inspetoria de Iluminação<sup>164</sup>.

Diversas eram as reclamações sobre problemas com combustores ou relativos à não existência dos mesmos. Os moradores da rua Miguel Paiva, por exemplo, se queixavam da ausência de combustores, conforme publicou o Jornal do Brasil: “moradores lutam com a escuridão para chegarem em casa<sup>165</sup>”. Já os moradores da rua 27 de maio, na Estação Sampaio, reclamavam a atenção da Inspetoria de Iluminação Pública pois “há muitos combustores que não são acesos, há muito tempo, apesar das reclamações<sup>166</sup>”.

O Sr. Francisco dos Santos Sobrinho, da rua Pedreira, nº 62, em Cascadura, alegou que pagava suas contas de luz em dia, e, mesmo assim, estava sem luz há 8 dias, depois da chuva que ocorreu<sup>167</sup>. Da mesma forma, os moradores da rua Sete de Setembro reclamaram de combustores que não funcionavam: “a escuridão chega a ser medonha<sup>168</sup>”. Os moradores da rua Ernestina, também sem luz, chamaram a atenção para os riscos causados aos transeuntes pelos combustores queimados<sup>169</sup>.

<sup>159</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de outubro de 1926, p.12

<sup>160</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de março de 1920, p.10

<sup>161</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 5 de outubro de 1922, p.11

<sup>162</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de março de 1921, p.11

<sup>163</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de junho de 1925, p.11

<sup>164</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de maio de 1923, p.13

<sup>165</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 4 de dezembro de 1921, p.13

<sup>166</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de março de 1920, p.14

<sup>167</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 25 de junho de 1920, p.8

<sup>168</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de setembro de 1921, p.15

<sup>169</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de março de 1920, p.10

Havia também queixas referentes à demora de instalação de luz. A queixa do Sr. Antral da Motta, da rua Bella Vista, nº 105, no Engenho de Dentro<sup>170</sup>, exemplifica este caso. Já os moradores da Fazenda da Bica, em Quintino Bocayuva<sup>171</sup>, se queixavam do encarregado, pois este só deixava a luz funcionando até as 21h, o que segundo eles, provocava acidentes.

Muitas também eram as queixas que diziam respeito às obras públicas, solicitando-as ou pedindo providências para aquelas que, uma vez iniciadas, não haviam sido concluídas, gerando uma série de transtornos para a população<sup>172</sup>.

Havia ainda queixas de moradores que ficam insatisfeitos por obras serem feitas em ruas próximas às suas e nestas nada ser feito. Foi o que aconteceu com os moradores da av. Paulo de Frontin. Em 1925 eles reclamaram na coluna as queixas do povo que não entendiam o porquê de não fazerem obras na referida localidade, apenas “na Avenida Rio Comprido<sup>173</sup>”.

Sem falar nas reclamações de obras que foram iniciadas para a comemoração do centenário em 1922 e mesmo após anos ainda continuavam gerando problemas. Um exemplo disto é a queixa feita pelos moradores da rua Figueira de Mello que alegavam: “começaram obras há dois anos para a comemoração do centenário, mas a rua está em péssimo estado”, tantos eram os buracos provocados por esta obra inacabada, que até mesmo os bondes não passavam mais naquela via<sup>174</sup>.

Ao analisarmos o grupo de queixas referentes aos meios de comunicação e de transporte verificamos uma grande presença de reclamações referentes aos Correios e a Central do Brasil.

Referentes a meios de comunicação, podemos citar a queixa do Sr. Calos Souza sobre a agência do correios da Praça 11. De acordo com ele, ao nela chegar às 14h30min, a mesma já se encontrava fechada, enquanto, no mesmo horário “a agência da Central do Brasil estava aberta<sup>175</sup>”. A Sra. Maria Olívia Néri, da rua Parque B, nº 20, em São Cristóvão, também se queixou dos correios, pois sua correspondência não havia sido entregue<sup>176</sup>. A morosidade na entrega da correspondência foi tema da reclamação também de Luiz da Silva Guimarães, residente na rua Espírito Santo, n.º45. Ele havia postado uma carta há 15 dias que ainda não

<sup>170</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de maio de 1920, p.11

<sup>171</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de maio de 1920, p.8

<sup>172</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de outubro de 1920, p.9

<sup>173</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 22 de maio de 1925, p.14

<sup>174</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de junho de 1920, p.12

<sup>175</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de dezembro de 1921, p.10

<sup>176</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de janeiro de 1920, p.11



havia sido entregue. Seu desabafo é interessante: “o número de carteiros aumentou mas mesmo assim não está dando vazão<sup>177</sup>”.

Esse problema com os Correios gerava casos inusitados como o do Sr. Américo de Souza, que estava inconformado por ter recebido um telegrama com atraso e por esse motivo “perdeu o enterro de um parente<sup>178</sup>”. Ou até mesmo de casos com o do Sr. Aníbal Magalhães, que enviou um telegrama e teve que pagar 500 réis, porém não entendia o motivo de quem recebeu ter tido de pagar 5 réis<sup>179</sup>.

Já no que diz respeito às reclamações sobre meios de transporte, destacamos as feitas pelos moradores da rua Nazareth, que efetuaram duas queixas em datas próximas solicitando a light em um primeiro momento para que fosse estabelecida uma linha circular devido à difícil locomoção<sup>180</sup>, e, depois, reiteraram o pedido alegando que já haviam mandado um abaixo assinado<sup>181</sup>.

Havia ainda queixas sobre condutores que cometiam tropelias com os passageiros. O Sr. Antônio Martins Nogueira, por exemplo, se queixou do condutor de bonde da Pç. Mauá-Barcas que deixou uma senhora cair, pois, “deu sinal de partida antes da senhora sentar-se<sup>182</sup>”. O Sr. Djalma Baptista, residente no Engenho de Dentro, reclamou ter sido obrigado a pagar passagem incorreta sob ameaça do condutor de ser jogado para fora do trem<sup>183</sup>. Há ainda uma queixa de passageiros do trem, que não especificam o número nem a freguesia, mas reclamaram especificamente do maquinista 269, que teria agido de forma precipitada pois, “houve um choque e vários salavancos, pondo em sobressalto os passageiros<sup>184</sup>”.

Outra queixa foi oriunda de Cascadura, contra o recebedor da Light, vulgo China, que, segundo os queixosos, se divertia em dirigir insultos aos familiares<sup>185</sup>. Por outro lado, havia também queixas contra os próprios passageiros, como a publicada em dezembro de 1922 que, embora não indique autor nem freguesia, denunciou a existência de um grupo de indivíduos do trem nº640, que costumavam proferir palavras horríveis e não respeitavam as famílias que ali se encontravam<sup>186</sup>.

<sup>177</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de agosto de 1920, p.9

<sup>178</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 17 de janeiro de 1920, p.10

<sup>179</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de janeiro de 1922, p.8

<sup>180</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de agosto de 1920, p.9

<sup>181</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 5 de setembro de 1920, p.10

<sup>182</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 13 de janeiro de 1923, p.8

<sup>183</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 22 de janeiro de 1925, p.14

<sup>184</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 30 de março de 1927, p.13

<sup>185</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de maio de 1923, p.15

<sup>186</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 17 de dezembro de 1922, p.9

Uma das queixas, sem autor e sem freguesia, se reportava à Central do Brasil pelo fato do trem suburbano apresentar indivíduos bêbados<sup>187</sup>. Outra queixa, não identificada, foi a feita contra o recebedor de um bonde. De acordo com o reclamante, durante uma curva, o menor João Afonso Ferreira havia sido jogado para fora do bonde se machucando. Apesar disso, o recebedor não havia mandado parar o bonde nem para socorrer o rapaz.<sup>188</sup>

O atraso dos trens era outro motivo de problemas para a população carioca. Moradores da Estação São Matheus se queixavam que “muitos operários já perderam o emprego em função disso<sup>189</sup>”. Moradores de Campo Grande solicitavam melhorias nos bondes desta localidade<sup>190</sup>. Também eram comuns as queixas a respeito das barcas que faziam a travessia da Baía de Guanabara, como a dos moradores de Zumby, Cocottá e Freguezia, pois aos domingos e feriados não se obedecia ao horário previsto no contrato.<sup>191</sup>”

Diversas eram as queixas de pessoas que se sentiam lesadas por maus tratos ou até mesmo por descuidos provenientes dos condutores, recebedores ou qualquer tipo de funcionários dessas empresas de transporte, como demonstram os casos ilustrados a seguir. O Sr. Adolpho Geraldo Belmont, do Rio Comprido, se queixou em novembro de 1922, pois, “foi até a estação tendo sido mal tratado e até espancado pelo encarregado da estação, sem aparente motivo.<sup>192</sup>” O Sr. Clemente José Rodrigues alegou que, tendo embarcado no trem na Central para Cascadura, havia recebido insultos do condutor, de acordo com esse relato, o condutor avançou no passageiro com navalha apesar deste já ter pago a multa pelo emburlo<sup>193</sup>. Há ainda reclamações no Largo de São Francisco por não existirem mais bondes de 100 réis para a Praça da Bandeira passando pela Estrada de Ferro<sup>194</sup>.

Existem ainda sugestões dos queixosos para as empresas de transporte, como o caso dos moradores da rua Figueira de Mello, que sugeriram à Light a entrega de senhas aos passageiros para evitar a presença de vagabundos nos bondes<sup>195</sup>. Já os moradores de Santa Cruz solicitaram à Central a modificação do horário do trem de 22h15min para 22h30min.<sup>196</sup>

---

<sup>187</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 4 de maio de 1920, p.15

<sup>188</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de dezembro de 1921, p.10

<sup>189</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 9 de agosto de 1923, p.17

<sup>190</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de maio de 1926, p.16

<sup>191</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 13 de janeiro de 1925, p.18

<sup>192</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de novembro de 1922, p.9

<sup>193</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de junho de 1921, p.8

<sup>194</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 26 de novembro de 1921, p.7

<sup>195</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de março de 1920, p.13

<sup>196</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de dezembro de 1920, p.11

Das queixas referentes a salários e relações de trabalho destacamos a forte presença de operários questionando sua demissão sem motivo aparente, ou por não receberem seus respectivos honorários. Além disso, muitos trabalhadores também reclamavam da forma como eram tratados por seus patrões e assim utilizavam o espaço da coluna Queixas do Povo para denunciarem os maus tratos sofridos.

Muitas eram as queixas de trabalhadores que tinham problemas com seus honorários e se dirigiam ao Jornal do Brasil para solucioná-los. Operários do Arsenal de Guerra, por exemplo, se queixaram do atraso de seus pagamentos, em janeiro de 1922. Segundo eles, havia dois meses que não recebiam seus salários, quando deveriam recebê-lo no nono dia útil de cada mês.<sup>197</sup> Outro caso interessante é o do Sr. João dos Santos. Operário das obras do centenário, ele teve de se ausentar e pediu que lhe fossem pagos os 12 dias de serviço, porém, o engenheiro responsável pela obra o teria ameaçado de bater e não lhe havia pagado.<sup>198</sup> Problemas com o pagamento de honorários também foram relatados pelos operários da Fábrica de Tecidos no Andarahy. De acordo com eles, o atraso no pagamento passava de dez dias.<sup>199</sup> Nem mesmos os operários da Limpeza Pública estavam livres desses inconvenientes. Eles também usaram a coluna do Jornal do Brasil para queixar-se do atraso de seus “minguados” salários.<sup>200</sup>

Trabalhadores também se dirigiam a essa coluna para apresentarem queixas referentes à “preferências” existentes dentro do seu ambiente de trabalho, isto é, ao fato de que alguns funcionários possuíam “proteção” por um superior da firma, o que produzia uma série de benefícios para esses. Foi o que fizeram carregadores do Cães do Porto. Segundo eles, pelas normas, todos os carregadores deveriam andar uniformizados, mas alguns, devido à “proteção,” não utilizavam tal vestimenta.<sup>201</sup> Ainda sobre favorecimentos, temos a queixa de operários que reclamaram a concessão de folgas para uns e a não dispensa do trabalho para outros. “202,”

Conforme se pode perceber, muitas queixas tinham como função questionar práticas da empresa na qual trabalhavam. Operários da Prefeitura do Rio de Janeiro da freguesia de Paquetá, por exemplo, procuraram a coluna do Jornal do Brasil pois se sentiram prejudicados,

---

<sup>197</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de janeiro de 1922, p.11

<sup>198</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 1 de dezembro de 1921, p.11

<sup>199</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de junho de 1921, p.12

<sup>200</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de outubro de 1924, p.14

<sup>201</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 21 de julho de 1922, p.9

<sup>202</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de fevereiro de 1926, p.17

já que enquanto uns trabalhavam diariamente, outros tinham direito a folga. O salário, contudo era o mesmo para todos.<sup>203</sup>

Muitas eram as queixas de trabalhadores que reclamavam de demissões injustas e más condições de trabalho.<sup>204</sup> Problemas com férias também eram expostos. Odilon Oliveira Torres dizia ter sido dispensado da Fábrica América, na qual trabalhava há oito anos sem ter gozado das férias que tinha direito. O Sr. Henrique também reclamava a respeito de suas férias, argumentando que havia solicitado sua indenização, porém não havia recebido, e desta forma, alegava ter trabalhado sem nada ter conseguido<sup>205</sup>.

Havia ainda queixas de funcionários sobre seus superiores. Sr. José Martins Junqueira, em 1921, por exemplo, alegou que o Sr. Mário Janino, chefe da turma de operários, implicava com o mesmo e o havia transferido para a turma dos serventes, como represaria por ter reclamado de um dia de trabalho que deixou de receber.<sup>206</sup> Os operários da oficina de torneiros de Engenho de Dentro reclamaram dos vexames provocados pelo mestre Antonio Pinheiro,<sup>207</sup> e os da rua Itapirú sobre a maneira desumana como eram tratados pelo engenheiro.<sup>208</sup>

Acreditamos ser conveniente dedicarmos um espaço de destaque para as queixas provenientes dos funcionários da Limpeza Pública, devido a esta, como foi anteriormente citado, ser uma das maiores repartições públicas a receberem as queixas publicadas no jornal pesquisado. Operários desta repartição reclamaram sobre o não recebimento das apólices referentes à bonificação,<sup>209</sup> de atrasos no pagamento de salários<sup>210</sup> e das péssimas condições de trabalho.<sup>211</sup> O endereço das queixas era a prefeitura.

O comércio e a prestação de serviços também recebiam muitas reclamações da população, seja pelo mau atendimento, pelos preços muito altos, ou até mesmo por oferecerem mercadorias com características que não agradavam os consumidores. Frequentes eram as queixas referentes à venda de pães “minúsculos”. Sr. José Manuel Rodrigues da rua

---

<sup>203</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 29 de setembro de 1922, p.14

<sup>204</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 18 de agosto de 1923, p.9

<sup>205</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 9 de maio de 1929, p.14

<sup>206</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 7 de outubro de 1921, p.15

<sup>207</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de junho de 1920, p.12

<sup>208</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de setembro de 1920, p.9

<sup>209</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 28 de janeiro de 1925, p.16

<sup>210</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de novembro de 1921, p.12

<sup>211</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 15 de março de 1920, p.10

Marechal Floriano Peixoto, afirmou, por exemplo, ter comprado pão minúsculo e ter pago muito caro.<sup>212</sup> Fizeram coro com ele os Srs. José Rigo e<sup>213</sup> José Serrapio,<sup>214</sup> entre outros.

Havia queixas que se dirigiam ao Comissário Geral para chamar a atenção do preço das mercadorias, como exemplifica a queixa não identificada na localidade da Praça de Duque de Caxias para o preço das carnes vendidas.<sup>215</sup> O mesmo foi feito pelos moradores da Ilha de Paquetá.<sup>216</sup>

Casos interessantes eram freqüentes. Uma pessoa não identificada contou, por exemplo, que havia pago um carro fúnebre, porém a funerária havia se atrasado por duas horas<sup>217</sup>. Já o Sr. João Evangelista Teixeira, residente à Rua Lins de Vasconcelos, reclamou por se sentir lesado Segundo seu relato, ele havia pago “500 réis a um dentista para arrancar um dente e não sentir dor”, porém sentiu dor porque não lhe foi aplicado nenhum anestésico<sup>218</sup>.

Freqüentes eram as queixas referentes a vendedores credenciados que se sentiam lesados pela presença de ambulantes que não pagavam as taxas e, por isso, lucravam mais que eles<sup>219</sup>. Negociantes do Mercado Novo, por exemplo, questionaram os altos impostos pagos ao mercado, enquanto quitandeiros que nada pagavam se reuniam e os prejudicavam<sup>220</sup>. Outra queixa – não identificada – proveniente da Rua Barão de Rio Branco, também questionava o abuso dos ambulantes que estacionavam em frente às suas lojas o dia inteiro<sup>221</sup>.

No entanto, há uma queixa que agradece a presença do fisco na região do Cães do Porto por combaterem a presença de ambulantes que lesavam os vendedores honestos, e por este motivo agradeciam: “a turma do Sargento Gouvêa está agindo com efeciencia<sup>222</sup>”. Além de uma queixa de autoria intitulada de “humildes quitandeiros de Jacarepaguá” que acusavam os açougueiros de venderem clandestinamente carvão e lenha, enquanto aqueles pagavam a licença para vender tais produtos<sup>223</sup>.

---

<sup>212</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 25 de maio de 1920, p.10

<sup>213</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 18 de junho de 1920, p.11

<sup>214</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de agosto de 1920, p.9

<sup>215</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de janeiro de 1920, p.7

<sup>216</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 24 de setembro de 1920, p.11

<sup>217</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de junho de 1920, p.11

<sup>218</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de janeiro de 1920, p.9

<sup>219</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de junho de 1920, p.8

<sup>220</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de setembro de 1920, p.8

<sup>221</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 3 de fevereiro de 1923, p.17

<sup>222</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de maio de 1921, p.9

<sup>223</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 25 de maio de 1923, p.14

Diversas eram as reclamações sobre lojas que não efetuavam trocas de produtos e as relativas a maus tratos de vendedores.<sup>224</sup> Famílias de Cascadura, para citar um exemplo, reclamaram, em 1923, de um vendedor estrangeiro de rendas da feira livre que insultava senhoras que não compravam suas rendas<sup>225</sup>. Em resposta a esta queixa, o vendedor de rendas da Feira, Sr.Manuel Pinto, desmentiu a afirmação<sup>226</sup>.

Nas queixas eram cobradas providencias por parte da Prefeitura quanto às irregularidades presentes no comércio. O freguês de uma barbearia, na rua Márquez Sapucahy, alertava para as péssimas condições de higiene utilizadas naquele local pois, “reutilizam as toalhas já servidas sem os devidos cuidados<sup>227</sup>”. Uma queixa sem identificação de autor e endereço cobrou ação da Prefeitura para o fato de “vendedores de miúdos e frutas que não precisam de contra-peso, pois estão sempre certos” e enquanto isso: “a Prefeitura não age<sup>228</sup>”. Vários consumidores alertavam também para a atuação de comerciantes que aumentavam o peso do que foi comprado.<sup>229</sup>

Muitos eram os problemas com a venda de leite na cidade do Rio de Janeiro. O Sr. Joaquim do Santos residente na rua Catumby, n.º116, alertou para a venda de leite estragado em estabelecimento local.<sup>230</sup>Para solucionar tal problema, a população requeria melhores condições de venda deste produto, como fizeram os moradores do subúrbio que solicitaram a instalação de postos de venda de leite neste local.<sup>231</sup>

Várias eram as queixas relacionadas a estabelecimentos comerciais que vendiam comida estragada, como a feita por algumas pessoas, que preferiram não se identificar, relativas ao botequim localizado na rua Figueira de Mello, n.º162. De acordo com eles, a comida deste local ficava exposta às moscas e muitos eram os casos de intoxicação conhecidos<sup>232</sup>. Há ainda uma queixa a respeito do funcionamento do comércio em pleno feriado, referindo-se a um estabelecimento na avenida Rio Branco, alertando para a não existência de fiscalização da polícia<sup>233</sup>.

---

<sup>224</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de agosto de 1920, p.10

<sup>225</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 17 de fevereiro de 1923, p.10

<sup>226</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de fevereiro de 1923, p.12

<sup>227</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de outubro de 1921, p.13

<sup>228</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de junho de 1925, p.12

<sup>229</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 1 de setembro de 1925, p.19

<sup>230</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 30 de março de 1924, p.11

<sup>231</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 5 de julho de 1924, p.12

<sup>232</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 9 de abril de 1924, p.11

<sup>233</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de maio de 1926, p.12

O problema com Hospitais e Casas de Saúde também era freqüente na capital federal. A população narrava essa situação por meio das queixas. Em uma delas, sem identificação de autor e freguesia, chamava-se a atenção para a não existência de medicamentos na Santa Casa de Misericórdia e afirmava-se que esta mais parecia um estabelecimento de tortura que de cuidados<sup>234</sup>. O autor de outra queixa, “R.F. da Costa,” de Cascadura, reclamava sobre a falta de ordem no Hospital N. S. do Socorro, onde doentes iam a busca de remédio e saíam de lá sem os mesmos.<sup>235</sup> Outra queixa, sem autoria, se referia ao Hospital da 3ª Ordem da Penitência. De acordo com o queixoso, a enfermeira do Dr. Paulino Werneck não separava doentes de diferentes enfermidades, tratando-os todos em um mesmo espaço, a despeito do perigo de contágio eminente.<sup>236</sup> Ainda se referindo a este Hospital, o Sr. Manuel Borges Arruda afirmou ter levado a avó e ninguém tê-la atendido, tendo que retornar para a casa apesar do estado daquela<sup>237</sup>.

O Sr. Sylvio de Sousa Campello residente no Largo da Cancellaria alegou ter se dirigido ao Hospital da Misericórdia e ter sofrido ofensas físicas e morais de civil<sup>238</sup>. Já o Sr. Caetano Vicente denunciou irregularidades ocorridas no Hospital Nacional, pois havia internado a sua irmã doente mental e a mesma havia recebido alta<sup>239</sup>.

Diversas eram as reclamações relacionadas à violência sofrida por menores e mulheres. Moradores da rua Felipe Camarão chamavam a atenção para a menor que era espancada diariamente no nº87<sup>240</sup>. Vizinhos alertavam também os maus tratos sofridos por uma criança na rua Barbosa Rodrigues que apresentava o corpo “cheio de sevícias<sup>241</sup>”. Queixa semelhante, sem autoria, referente à região de São Cristóvão, enunciava que uma menina e um menino que eram mal tratados diariamente e só possuíam cinco anos de idade<sup>242</sup>. Moradores de Oswaldo Cruz afirmavam que uma menina era diariamente esbordoada por uma pessoa que habitava na mesma casa, além de sofrer outros tipos de maus tratos<sup>243</sup>.

---

<sup>234</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 5 de março de 1922, p.10

<sup>235</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de outubro de 1921, p.13

<sup>236</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de dezembro de 1921, p.9

<sup>237</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 12 de dezembro de 1920, p.4

<sup>238</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 4 de junho de 1920, p.14

<sup>239</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 16 de setembro de 1920, p.8

<sup>240</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 22 de dezembro de 1921, p.8

<sup>241</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 8 de outubro de 1920, p.12

<sup>242</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de novembro de 1922, p.9

<sup>243</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 13 de julho de 1926, p.12

Uma queixa não identificada proveniente da rua Glaziou, n.º45 se referia à uma menor de quatorze anos que seria constantemente espancada, sendo tal prática feita as escancaras<sup>244</sup>. Moradores da Rua Presidente Barroso chamavam a atenção para as cenas de selvageria que ocorriam em uma das casas desta rua, onde três crianças órfãs da mãe eram espancadas de madrugada na ausência do pai que tudo ignorava<sup>245</sup>. Vizinhos residentes na Rua Alice, 56 alertavam para o caso da pobre criança que ali era espancada diariamente, sendo seus gritos ouvidos pelos transeuntes<sup>246</sup>.

Interessante também foi a queixa do Sr. Alberto Pimenta de Castro, que não identificou sua freguesia. Ele relatou ter visto um homem batendo em uma senhora idosa. Indignado, se dirigiu à Polícia para narrar tal fato e ouviu por parte da mesma que: “isso não tem importância<sup>247</sup>”.

Relacionando-se à violência, polícia e casas de saúde, temos a queixa da Sra. Maria Antonia. Ela dizia ter sido espancada por guarda civil enquanto fazia compras para a patroa, e, ao se dirigir a Santa Casa, foi expulsa por não possuir dinheiro.<sup>248</sup>

Ainda sobre violência contra a mulher, temos a queixa de moradores da rua Maria do Carmo, que denunciaram a ação do carpinteiro Olympio dos Santos que espancava sua esposa.<sup>249</sup> O Sr. Manoel Peres Puga, residente a rua Frei Caneca, n.º392, também se queixou do Sr. José Maria Amaral que, na sua ausência, havia tentado sufocar sua esposa, Cesariana Peres Villar.<sup>250</sup>

No que tange à questão religiosa, verificamos a presença de queixas direcionadas a Centros Espíritas e Candomblés. A Sra. Apolinária Fernandes, por exemplo, em 1920, reclamou do Candomblé na rua Engenho de Dentro, n.º112, sob a alegação que no local se extorquia dinheiro<sup>251</sup>. Moradores da rua da Serra, em Piedade, reclamavam da algazarra feita durante a noite pelo Candomblé ali existente, e alegavam que não conseguiam dormir.<sup>252</sup> Esses mesmos moradores endossaram sua queixa sobre a barulheira feita por Candomblé dias depois<sup>253</sup>. Também reclamando do barulho produzido a noite por Candomblés temos a queixa

<sup>244</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de abril de 1929, p.15

<sup>245</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 14 de março de 1920, p.14

<sup>246</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de fevereiro de 1921, p.6

<sup>247</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 30 de maio de 1920, p.8

<sup>248</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de fevereiro de 1921, p.9

<sup>249</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de maio de 1924, p.15

<sup>250</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de fevereiro de 1921, p.8

<sup>251</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 6 de março de 1920, p.13

<sup>252</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de abril de 1920, p.10

<sup>253</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 1 de maio de 1920, p.12



dos moradores da Rua Escobar, n.º 61<sup>254</sup>. Já o Sr. Loto José da Rosa de Cascadura relatou que foi reclamar do Candomblé existente na rua Prudente de Moraes n.º9 e quase foi preso pelo Comissário Raul Falcão<sup>255</sup>. Há ainda a queixa do Sr. José Barbosa de Oliveira, da Travessa Anna Quintão. De acordo com ele, o Centro Espírita que ali funcionava vivia a explorar a credulidade pública e buscava construir uma sede social.<sup>256</sup>

Da mesma forma, há queixas referentes a jogos de azar, como a feita, sem autoria, na região de Bangu, alertando que ali tais práticas atraíam menores e explorava funcionários<sup>257</sup>. Vários moradores da rua Senador Euzébio se queixaram também de indivíduo, chamado “Russo”, que fazia jogo e agredia pessoas, sem a polícia local tomar a menor providência<sup>258</sup>. Moradores da rua Ruy Barbosa também alertavam para a existência de uma Casa de Jogos neste endereço e solicitavam providências por parte das autoridades competentes<sup>259</sup>.

Vale destacar que para além das queixas citadas ao longo desse capítulo muitas foram enquadradas segundo sua natureza como abordando temas diversos. Destacaremos de forma aleatória algumas queixas que podem exemplificar tal quesito.

O Sr. S. de Araújo Fortes da avenida Salvador de Sá dirigiu uma queixa contra dois vizinhos seus que faziam “um barulho dos diabos”, sendo estes o Sr. Glodovaldo de Lemos e Octávio Pimentel<sup>260</sup>. No dia seguinte um dos vizinhos que foram criticados e outro o Sr. Althum responderam à queixa alegando os dois que o Sr. Fortes é quem era um mau vizinho<sup>261</sup>. Estas queixas exemplificam reclamações relacionadas a problemas de vizinhança, o que era frequentemente encontrado no jornal.

Há ainda uma queixa de moradores da Praia Vermelha que acusavam a empresa da Urca de estar cobrando quem se dirigisse a praia para tomar banho e afirmavam que: “é lugar público e parece até que é privado<sup>262</sup>”.

Além da reivindicação acima ilustrada, diversas eram as queixas relacionadas a maus tratos sofridos por mueres. Em 1925, por exemplo, os moradores da rua Cavalcanti chamaram a atenção para essa questão,<sup>263</sup> assim como os da rua General Canabarro,<sup>264</sup> e de Irajá.<sup>265</sup>

<sup>254</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de novembro de 1920, p.11

<sup>255</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 10 de fevereiro de 1921, p.8

<sup>256</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de maio de 1920, p.11

<sup>257</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 20 de maio de 1923, p.12

<sup>258</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 29 de janeiro de 1925, p.16

<sup>259</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 28 de maio de 1920, p.11

<sup>260</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 1 de agosto de 1923, p.21

<sup>261</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 2 de agosto de 1923, p.19

<sup>262</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 11 de fevereiro de 1925, p.13

<sup>263</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 27 de junho de 1925, p.13

A título de conclusão, entre as 1.051 queixas catalogadas no período de 1920 à 1929 selecionamos as que foram neste capítulo apresentadas por exemplificarem os dados que foram expostos no gráfico inicial (Ver Gráfico 2). A partir do estudo dessas queixas se tornou perceptível a sustentabilidade de nossa hipótese de que a prática de cidadania se dava por esses cidadãos cariocas mesmo não possuindo o direito ao voto, uma vez que estes se dirigiam em momentos não críticos ao Jornal, se reportando ao Estado ou a outras esferas, questionando providências.

---

<sup>264</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 9 de novembro de 1920, p.10

<sup>265</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 23 de dezembro de 1920, p.11

### **3 –Comparando as queixas**

Ao trabalharmos com a coluna “Queixas do Povo” do Jornal do Brasil, optamos pelo recorte cronológico da década de 1920. Estabelecido o banco de dados compreendendo um total de 1.051 queixas, tratamos de agrupá-las segundo sua natureza, como foi visto no capítulo anterior. Nossa proposta no presente capítulo é estabelecer um estudo comparativo do que foi catalogado para a década de 1920 com o que foi pesquisado para a primeira década do século XX por Eduardo Silva<sup>266</sup> em seu livro *As Queixas do Povo*.

Silva optou pela técnica da amostragem, estabelecendo como critério a catalogação das queixas veiculadas no jornal no mês de abril dos anos de 1900, 1905 e 1910. O autor reuniu um total de 603 queixas, após eliminar vinte e oito por se referirem a problemas fora da cidade do Rio. Nesse estudo, Eduardo destaca a importância de se trabalhar com as massas e chama a atenção para o descaso experimentado até os anos 1980 no enfoque dos setores populares. De acordo com ele, a maioria dos trabalhos que focavam tal participação se restringia a considerá-la em momentos de explosões periódicas, ou através dos movimentos organizados<sup>267</sup>.

Nas suas palavras:

“[...] Os setores populares como um todo, massa pacífica e despolitizada, permanecem longe dos olhares curiosos, no quarto escuro da história, onde os poucos papéis se perdem por falta de luz [...]” Os aquietados são, sem dúvida, menos visíveis que os insubmissos ou organizados. Mas não são por isso desimportantes. Ao contrário: bem pesados os motivos, essa massa amorfa é o caldo da cultura em que fermentam as revoltas e organizações; é ela, em sua química, no seu segredo, que determina muitas vezes o sucesso ou o fracasso dos movimentos; que fornece, enfim, o pano de fundo, a referência, tanto para os insubmissos quanto para organizados<sup>268</sup>.”

---

<sup>266</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1988

<sup>267</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.27

<sup>268</sup> SILVA, E. *op. cit.*, pp.27-28

Nesse sentido, o autor vê na coluna “Queixas do Povo” o espaço ideal para as manifestações desses setores populares, sendo esta um espaço aberto às experiências cotidianas da cidade do Rio. Ele pretende analisar em sua obra a distância existente entre o poder e as classes populares no Rio de Janeiro, no período anterior ao abordado neste trabalho, se limitando a década à primeira década do século XX. Segundo Eduardo, “trata-se de uma tentativa de ouvir o discurso dos sem voz<sup>269</sup>”. É importante sublinhar, seu estudo emerge num período marcado pelo fim de 21 anos de regime militar no Brasil e no qual os movimentos sociais já haviam reaparecido com força e intensidade. Para entender sua proposta, é preciso, assim, contextualizá-la.

Por outro lado, sob um ponto de vista distinto do aqui pretendido, Silva tratou do dia-a-dia carioca a partir de dois sujeitos, do trabalhador enquanto trabalhador, e enquanto morador desta cidade que vivenciava uma série de transformações.

Em seu estudo, o *Jornal do Brasil* é apresentado como um periódico monarquista que possuía fortes ligações com o Império e enaltecia o regime deposto. Como Silva afirmou, o próprio dia de lançamento do *Jornal* não fora escolhido por acaso, pois correspondia ao “60º aniversário do *Te Deum* em ação de graças pela aclamação do Imperador D. Pedro II<sup>270</sup>”. No entanto, cabe-nos questionar a longevidade de tal classificação. Isto porque, com a virada do século, os jornais brasileiros se tornaram cada vez mais empresas; ainda que possuíssem uma linha política, não eram apenas representantes destas.

Para Eduardo Silva a “tônica das queixas não era criticar o poder público, mas apenas convidá-lo a agir a seu favor<sup>271</sup>”. Concordamos com essa assertiva, bem como com a perspectiva de que, a partir das queixas, é possível inferir sobre o nível de vida daquela população e sobre o grau de consciência das classes populares no tocante aos direitos da cidadania.

A partir destas queixas se torna perceptível o que viria a ser esse cidadão do começo do século XX, sua compreensão do que viria a ser o papel do Estado. Uma vez que existam queixas, pressupõe-se um entendimento do que vem a ser questionado, e, a partir disto, seu entendimento sobre cidadania.

---

<sup>269</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.26

<sup>270</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.43

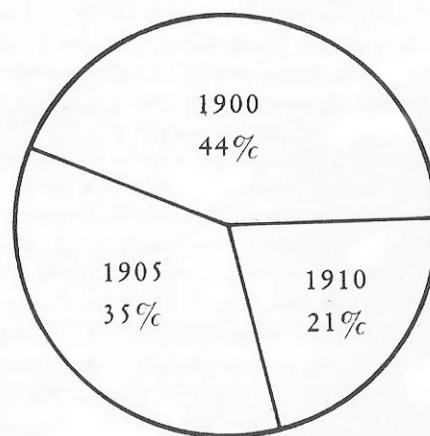
<sup>271</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.38

### 3.1 – Do total de queixas analisadas em 1910 e 1920.

Como foi mencionado anteriormente, Eduardo Silva analisou um total de 603 queixas referentes ao mês de abril dos anos de 1900, 1905 e 1910. Em seu livro apresentou o seguinte quadro referente às queixas catalogadas por ano pesquisado.

#### QUADRO 2

QUADRO 1  
UNIVERSO TOTAL DAS QUEIXAS ANALISADAS

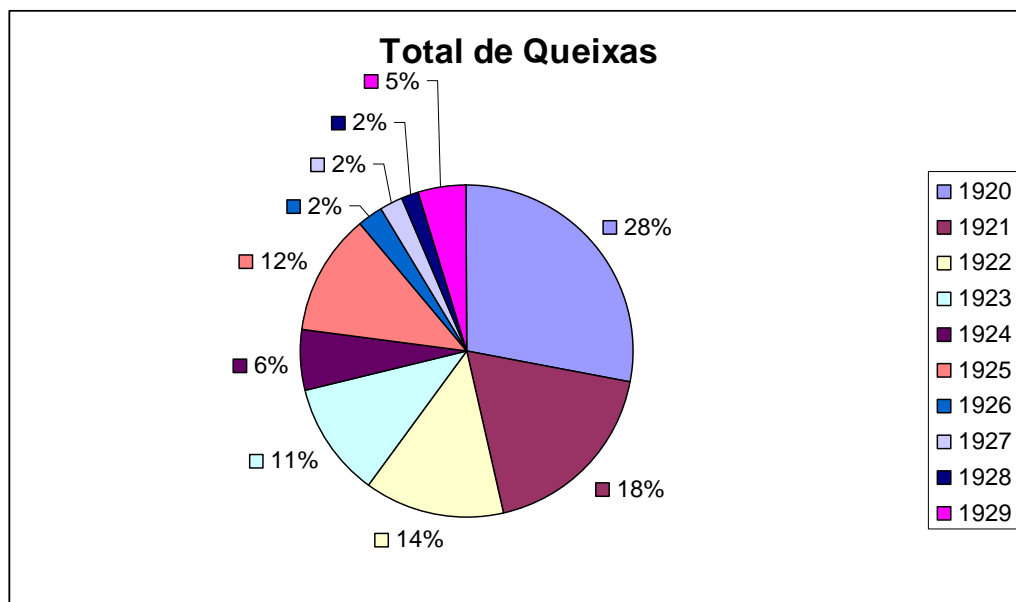


Fonte: JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, abril de 1900

FONTE: SILVA, Eduardo. *As queixas...*, op. cit. p.38

Já para nossa pesquisa, em uma análise semelhante a de Eduardo Silva poderíamos apresentar o seguinte gráfico referente a quantidade de queixas por ano ao longo da década de 1920:

#### GRÁFICO 4



FONTE: Jornal do Brasil, Coluna Queixas do povo (1920-1929)

Ao compararmos as queixas catalogadas por Silva e as desta pesquisa, percebemos uma diminuição na quantidade de queixas publicadas, pois, ao longo dos dez anos da segunda década do século XX foram catalogadas 1.051 queixas, enquanto em apenas três meses da primeira década do século XX foram catalogadas 603, o que significa mais da metade do que foi encontrado na década seguinte.

Tal queda no número de queixas nos anos 1920 pode estar relacionada a alguns fatores. É possível, por exemplo, que a população carioca tenha procurado outros espaços para se queixar ao longo da década de 1920. Também não deve ser descartada a possibilidade de, no mesmo período, outros Jornais oferecerem um espaço semelhante ao disponibilizado pelo Jornal do Brasil. Uma outra hipótese que pode ser levantada, embora seja pouco provável, é que poderiam ter diminuído os problemas da cidade, o que consequentemente teria provocado uma queda no número de queixas.

Como demarcou Eduardo Silva, “em 1910, o expediente do jornal listava nada menos que 40 agências espalhadas por toda a cidade para receber tanto os pequenos anúncios de letras – os classificados de hoje – quanto as queixas do povo<sup>272</sup>.” Mesmo em um período anterior ao nosso, tal fato poderia ser uma das justificativas para o grande sucesso da coluna, e ainda para endossar nossa prerrogativa de que muitos analfabetos expunham suas reivindicações nessa coluna ao se dirigirem ao Jornal do Brasil para as narrarem<sup>273</sup>.

A coluna queixas do povo era bastante popular, chegando os leitores do Jornal do Brasil a receber, em 1904, sob forma de homenagem, uma valsa do compositor Aurélio Cavalcante.<sup>274</sup> A valsa se chamava *Queixas do Povo*, além da partitura, a ilustração reproduzida a seguir mostra o redator fazendo seu trabalho e, à sua frente, o Zé Povinho com suas características físicas – barba por fazer, paletó surrado, chapéu na mão – expressando suas reivindicações.<sup>275</sup>

---

<sup>272</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.52

<sup>273</sup> Destacamos que não foi possível verificar a existências destas agências ao longo da década de 1920, conjecturamos que uma possível diminuição destas agências ou até mesmo sua extinção possa ter contribuído para a diminuição do número de queixas ao longo da década analisada.

<sup>274</sup> CAVALCANTE, Aurélio. *Apud.* SILVA, E. *op. cit.*, p.51

<sup>275</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.52

## ILUSTRAÇÃO 5



FONTE: *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 5 (236): s. p., novembro de 1904. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.54

### 3.2 – Natureza das Queixas (1910 e 1920).

No período estudado por Eduardo Silva a grande campeã de reclamações foram as queixas referentes à Segurança Pública, isto é, à Polícia e às Forças Armadas, representando 32,4% do total de queixas da década de 1910 (Ver Quadro 3). Em seguida, vinham as relacionadas a Saneamento e Limpeza Pública. O estudo completo elaborado pelo autor pode ser analisado no quadro a baixo:

### QUADRO 3

QUADRO 12  
AGENDA DAS DEMANDAS E PROBLEMAS  
POPULARES (1900-1910)

	%
Segurança Pública	32,4
Saneamento e Limpeza Pública	12,3
Meios de Comunicação e Transporte	8,7
Obras ou Providências	8,3
Burocracia e Fiscalização	7,5
Salário e Relações de Trabalho	6,8
Água	5,7
Habitação	5,3
Comércio, Indústria e Serviços	5,1
Luz	1,8
Outros Problemas	4,8

*Fonte:* JORNAL DO BRASIL, abril 1900, 1905, 1910.

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, abril 1900, 1905, 1910. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.107

Em nossa análise, referente à década de 1920, concluímos, contudo, que a grande campeã foram as queixas relativas a Saneamento e Limpeza Pública. As reclamações referentes a Saneamento chegaram a se sobrepor às de Segurança, que fora a campeã da década anterior. Tal acontecimento pode ter ocorrido, dentre outros fatores, pela deficiência em que se encontrava o setor de limpeza pública, pelo descaso deste setor administrativo, e também pelo fato de seus respectivos funcionários não serem pagos corretamente, chegando a ficar meses sem receber, o que desestimulava o seu serviço.

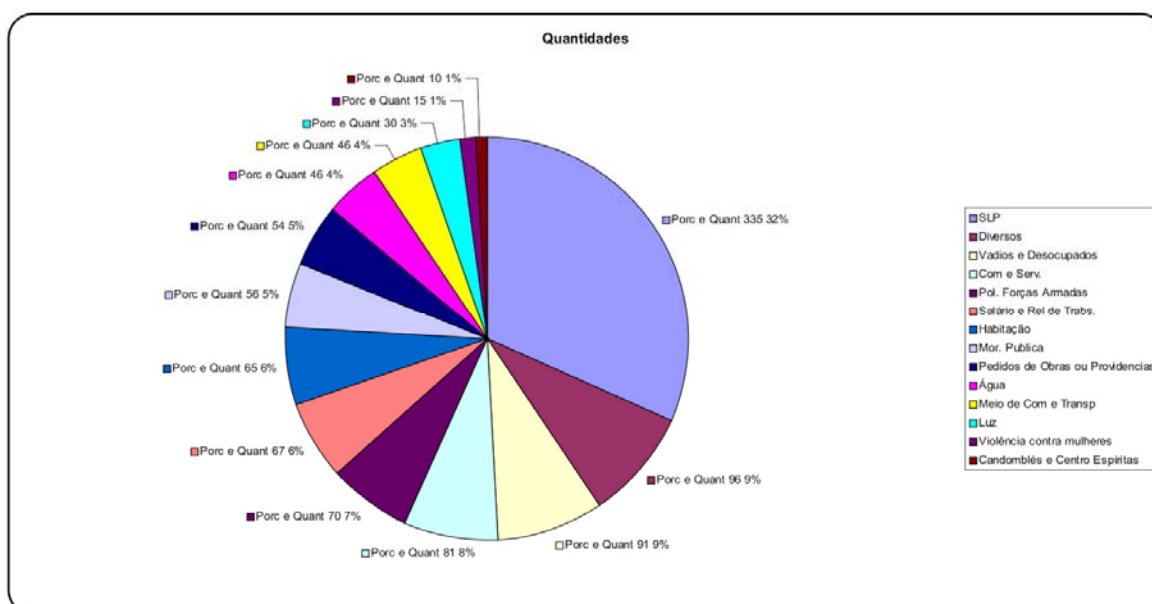


QUADRO 4

DEMANDAS – (1920-1929)		
NATUREZA	Nº	%
Saneamento e Limpeza Pública	335	32%
Diversos	96	9%
Vadios e Desocupados	91	9%
Comércio e Serviços	81	8%
Polícia e Forças Armadas	70	7%
Salário e Relações de Trabalho	67	6%
Habitação	65	6%
Moralidade Pública	56	5%
Pedidos de Obras ou Providências	54	5%
Água	46	4%
Meios de Comunicação e Transportes	46	4%
Luz	30	3%
Violência contra mulheres e crianças	15	1%
Candomblés e Centros Espíritas	10	1%

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

GRÁFICO 5



FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

### 3.3 – Nível de organização dos queixosos

Podemos ainda inferir o nível de organização popular, como sugeriu Eduardo Silva. A partir do quadro abaixo, o autor exemplifica sua análise. Com base nos dados apresentados percebe-se que a maioria das queixas eram produzidas individualmente. Esta categoria mantém a maior porcentagem ao longo do período abordado pelo autor. Entretanto, Silva destaca o aumento das queixas produzidas em grupo no ano de 1910 (Ver Quadro 5). Segundo o autor, estas queixas eram produzidas por moradores, em sua maioria, que se organizavam e produziam a queixa.

O autor conclui que este quadro demonstra um índice de organização popular, porém crescente ao longo da década de 1910<sup>276</sup>.

#### QUADRO 5

QUADRO 4  
NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO POPULAR

NÍVEL DAS QUEIXAS	1900		1905		1910		TOTAL	
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto	%
Individual	152	56,9	119	57,2	60	46,8	331	54,8
De Grupo	92	34,4	72	34,6	56	43,7	220	36,4
Indeterminado	23	8,6	17	8,1	12	9,3	52	8,6

Fonte: Ver Quadro 1.

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, abril 1900, 1905, 1910. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.57

Ao estudarmos a década de 1920, pudemos perceber que a afirmativa de Eduardo de que a organização popular tenderia a crescer, se confirmou. Ao longo dos dez anos analisados, verificou-se que as queixas feitas em grupo foram as mais frequentes em todos os anos (Ver Quadro 6). As queixas eram em sua maioria de moradores, inquilinos, vizinhos, e muitas de operários, como é o caso da queixa enviada por operários da Rua Itapirú se referindo ao modo como eram tratados por engenheiros<sup>277</sup>.

<sup>276</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.56

<sup>277</sup> JB, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, Edição de 19 de setembro de 1920, p.9

Esta análise comparativa nos permite afirmar a partir dos quadros apresentados (Ver Quadro 5 e 6) que houve um aumento na organização popular da década de 1910 até a de 1920.

**QUADRO 6**

ORGANIZAÇÃO POPULAR – (1920-1929)						
ANO	GRUPO		INDIVIDUAL		INDETERMINADO	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1920	170	58	104	35	21	7
1921	119	61	48	25	27	14
1922	77	53	28	20	38	27
1923	79	67	23	20	15	13
1924	43	65	13	20	10	15
1925	73	65	15	14	23	21
1926	20	74	3	11	4	15
1927	15	65	5	22	3	13
1928	19	100	--	--	--	--
1929	25	49	8	16	18	35

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

Eduardo Silva traçou um perfil dos queixosos analisando-os em dois grandes blocos: Esfera de produção – queixas de trabalhadores –, e Esfera do consumo – queixas de moradores<sup>278</sup>. Entretanto, não seguimos esta mesma proposta, considerando-se a limitação que esta análise produz, além do fato de que uma categoria não anularia a outra. Traçar o perfil dos queixosos constitui uma tarefa muito difícil, em virtude das poucas informações fornecidas nas demandas. As queixas apresentam apenas indícios e não informações completas a ponto de se estabelecer um perfil aproximado.

### 3.4 – Localização das Queixas por Freguesias e Região

Eduardo Silva propôs em seu livro a análise da “Geografia das carências”. Neste item o autor analisa as queixas segundo o seu respectivo distrito e a sua natureza. Ressaltamos que ao longo da década de 1910 a cidade do Rio de Janeiro possuía 25 distritos ou freguesias. Estes seriam segundo sua ordem: Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Santo Antônio, Santa Tereza, Glória, Lagoa, Gávea, Sant’ana, Gamboa, Espírito Santo, São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, Engenho Novo, Méier, Inhaúma, Irajá,

<sup>278</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.52

Jacarépaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Ilhas. Silva elaborou três tabelas – referentes à 1900, 1905 e 1910 – que demonstram essa relação entre Freguesia x Natureza da queixa.

### QUADRO 7

#### QUADRO 9

#### QUEIXAS SEGUNDO A NATUREZA (1900)

DISTRITOS	Barroca e Favelação	Polícia e F. Armada	Capoeira e Desocupação	Morbididade Pública	Violência contra as mulheres e crianças	Luz	Água	Saneamento e Limpeza Pública	Meios de Comunicação e Transporte	Reclamações, Obras ou Providências	Habituação	Comércio, Ind. e Serviços	Salário e Relações de Trabalho	Exercícios e Deportivos	Outros
Candelária	3	4	1	—	1	—	2	—	1	—	—	2	—	—	—
Santa Rita	2	2	1	—	—	—	2	2	—	—	—	—	—	1	1
Sacramento	1	4	2	2	—	—	1	1	—	—	—	1	1	1	—
São José	1	1	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—
Santo Antônio	—	10	1	3	—	—	—	2	1	—	1	1	—	—	—
Santa Tereza	1	—	1	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Glória	1	3	—	1	1	—	—	1	—	1	—	2	1	2	—
Lagoa	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	1
Gávea	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Sant'Ana	5	3	—	1	1	—	—	3	1	3	1	3	3	1	—
Gamboa	1	5	2	2	1	—	3	4	—	1	—	—	—	—	—
Espirito Santo	2	6	3	1	1	—	3	3	—	1	1	2	—	—	—
São Cristóvão	3	2	1	2	—	2	2	4	1	—	2	1	2	2	—
Engenho Velho	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Andaraí	—	1	4	1	—	—	—	2	1	—	—	—	—	—	—
Tijuca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Engenho Novo	—	1	—	1	1	—	2	2	1	1	—	—	1	—	—
Méier	—	2	—	2	—	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—
Inhaúma	—	5	4	1	—	—	5	4	—	—	—	—	—	1	—
Jrajá	—	1	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—
Jacarepaguá	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Campo Grande	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Guaratiba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Cruz	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ilhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—
SEM LOCALIZAÇÃO	4	4	1	—	—	—	—	—	9	—	—	3	12	3	2
TOTAL	26	58	26	18	6	3	23	33	15	8	7	17	22	12	4
%	9,3	20,8	9,3	6,4	2,1	1,0	8,2	11,8	5,3	2,8	2,5	6,1	7,9	4,3	1,4

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, abril 1900, 1905, 1910. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.107

## QUADRO 8

## QUADRO 10

## QUEIXAS SEGUNDO A NATUREZA (1905)

DISTRITOS	Burocracia e Ficalização	Polícia e F. Armada	Capoeiras e Desocupados	Moralidade Pública	Violência contra as mulheres e crianças	Luz	Água	Saneamento e Limpeza Pública	Mão de Obra e Comunicação e Transporte	Pedidos de Obras ou Providências	Habituação	Comércio, Ind. e Serviços	Salário e Relações de Trabalho	Educação e Desmoralização	Outros
Candelária	—	1	—	3	—	—	2	—	—	—	—	1	1	—	—
Santa Rita	2	2	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—
Sacramento	2	1	—	1	1	—	1	—	—	1	—	1	—	—	—
São José	—	5	2	1	—	—	—	1	—	2	—	1	5	—	1
Santo Antônio	—	2	1	—	1	1	—	—	—	—	1	—	1	1	1
Santa Tereza	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Glória	—	1	2	—	—	—	1	4	—	1	—	—	—	—	—
Lagoa	—	—	1	1	1	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—
Gávea	—	1	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—	—	1
Sant'Ana	—	3	—	—	—	1	1	2	1	—	2	—	—	—	1
Gamboa	1	2	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	1	—	—
Espírito Santo	—	—	1	—	1	1	1	5	—	3	—	1	2	—	—
São Cristóvão	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2	—	—	—	—	1
Engenho Velho	1	1	—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—	—
Andaraí	1	2	3	1	1	—	1	2	2	1	1	—	1	1	—
Tijuca	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Engenho Novo	3	1	1	—	—	—	—	5	—	5	1	1	—	—	—
Méier	1	—	2	—	—	1	1	9	—	2	1	—	—	—	—
Inhaúma	2	3	1	1	—	—	—	7	—	3	2	2	1	—	—
Irajá	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Jacarepaguá	—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Campo Grande	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	1	—	1	—	—
Guaratiba	—	—	—	—	—	—	—	—	3	1	—	—	1	—	—
Santa Cruz	1	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Ilhas	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—	—
SEM LOCALIZAÇÃO	1	2	—	1	—	—	—	1	5	—	—	3	10	3	2
TOTAL	15	27	15	10	5	4	11	46	16	24	11	15	19	5	7
%	6,5	11,7	6,5	4,3	2,1	1,7	4,7	20	6,9	10,4	4,7	6,5	8,2	2,1	3,0

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, abril 1900, 1905, 1910. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.108

## QUADRO 9

## QUADRO 11

## QUEIXAS SEGUNDO A NATUREZA (1910)

DISTRITOS	Burocracia e Ficalização	Polícia e F. Armada	Capoeiras e Desocupados	Moralidade Pública	Violência contra as mulheres e crianças	Luz	Água	Saneamento e Limpeza Pública	Mão de Obra e Comunicação e Transporte	Pedidos de Obras ou Providências	Habituação	Comércio, Ind. e Serviços	Salário e Relações de Trabalho	Educação e Desmoralização	Outros
Candelária	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Santa Rita	2	1	—	—	—	—	2	—	1	—	1	—	1	—	—
Sacramento	—	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
São José	2	5	—	—	—	—	—	—	—	1	1	—	—	—	—
Santo Antônio	2	1	2	—	—	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—
Santa Tereza	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Glória	—	2	1	—	—	—	—	1	1	—	1	—	—	1	—
Lagoa	—	2	—	1	—	—	—	—	—	1	2	—	—	—	—
Gávea	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sant'Ana	2	3	1	2	—	—	—	1	—	—	2	—	—	—	1
Gamboa	1	4	—	—	1	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—
Espírito Santo	—	2	1	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1
São Cristóvão	—	—	—	—	—	1	1	—	2	2	3	—	—	—	—
Engenho Velho	—	—	3	2	—	—	—	4	1	3	—	—	—	—	—
Andaraí	—	—	1	—	1	—	1	—	2	—	1	—	—	—	—
Tijuca	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
Engenho Novo	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—
Méier	—	—	—	—	—	—	—	—	2	1	—	—	2	—	—
Inhaúma	—	1	—	1	—	1	1	—	2	—	2	—	—	—	—
Irajá	—	—	1	—	—	—	—	1	—	2	—	1	—	—	—
Jacarepaguá	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Campo Grande	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Guaratiba	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Santa Cruz	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ilhas	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—
SEM LOCALIZAÇÃO	—	—	—	—	—	—	—	—	5	2	—	—	3	—	1
TOTAL	9	26	10	7	3	4	6	7	19	16	12	4	6	1	4
%	6,7	19,4	7,4	5,2	2,2	2,9	4,4	5,2	14,1	11,9	8,9	2,9	4,4	0,7	2,9

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, abril 1900, 1905, 1910. *apud* SILVA, Eduardo. *As queixas do povo...*, *op. cit.* p.109

Segundo a análise de Eduardo Silva, em 1900 as áreas que apresentavam o maior número de queixas, eram as pertencentes às freguesias centrais<sup>279</sup>. Sant’ana (27 queixas) foi a freguesia que mais recebeu queixas naquele ano, sendo seguida por outras freguesias centrais como Espírito Santo (22) e Santo Antônio (19). Já em 1905, Silva ressalta que a maioria das queixas vinham do subúrbio de Inhaúma (22) e seguida pelo distrito central de São José (17). E por fim, em 1910, os distritos centrais retornam como os mais questionados, sendo a freguesia de Sant’ana a campeã (12).

Em nossa pesquisa, estabelecemos dez quadros propondo o mesmo tipo de análise da elaborada por Eduardo. Destacamos apenas uma diferença, incluímos o quesito “Candomblé” como uma das naturezas das queixas. Já no que se refere às freguesias, ressaltamos que a cidade do Rio de Janeiro da década de 1920 compreendia 26 freguesias e não mais 25 como em 1910. Para além das 25 já citadas anteriormente, houve o acréscimo da Freguesia de Copacabana criada em 5 de agosto de 1915.

Seguem a baixo as dez tabelas elaboradas:

---

<sup>279</sup> O autor entender por distritos centrais o grupo constituído pelas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Sto. Antônio, Sta. Tereza, Sant’ana, Gamboa e Espírito Santo.

TABELA 2

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1920															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-
SANTA RITA	1	-	-	-	-	2	2	-	-	2	2	-	-	2	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	2	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SANTANA	6	5	1	1	1	2	10	1	1	7	5	1	-	-	2
ESPÍRITO SANTO	-	5	-	-	-	-	8	1	-	1	-	3	-	-	-
GAMBOA	1	-	-	-	-	4	1	-	1	1	1	-	-	2	-
GLÓRIA	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
LAGOA	2	2	1	-	-	-	4	-	-	3	1	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	1	3	-	-	3	1	9	-	-	-	-	1	1	1	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	1	-	6	-	1	1	3	-	-	1	-
TIJUCA	2	5	1	-	1	1	7	1	1	2	-	2	-	-	-
ENG. NOVO	2	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	2	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	1	-	-	-	1	-	5	2	2	2	5	-	1	1	-
MÉIER	1	-	-	-	-	-	10	-	-	3	3	-	-	2	-
INHAÚMA	-	-	-	-	1	1	3	1	-	-	1	-	2	-	-
IRAJÁ	2	2	-	-	1	-	5	1	-	2	-	-	-	1	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	1	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	1	-	1	1
GUARATIBA	2	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	5	2	1	1	-	-	8	4	3	5	11	11	-	7	11
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>29</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>83</b>	<b>12</b>	<b>9</b>	<b>31</b>	<b>36</b>	<b>19</b>	<b>6</b>	<b>19</b>	<b>15</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 3

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1921															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	1	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	1	2	-	3	-	1	5	-	-	4	-	-	-	1	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	1	3	1	7	-	-	5	1	1	-	-	-
GAMBOA	3	2	-	-	-	-	2	-	-	-	3	1	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
LAGOA	2	1	1	1	-	1	2	1	-	1	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	1	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	1	-	-	-
TIJUCA	1	1	1	-	-	-	3	-	-	1	2	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	1	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	1	3	4	-	-	-	5	1	1	2	-	-	-	-	-
MÉIER	-	1	-	-	2	-	11	-	-	2	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	3	1	2	-	-	-	-	1	-
IRAJÁ	1	-	-	1	-	-	10	2	-	1	2	1	-	-	-
JACARÉPAGUA	1	1	1	1	1	-	2	1	1	2	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	1	-	-	-	1
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	8	8	4	-	-	-	17	7	-	1	8	8	-	6	4
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>21</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>77</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>21</b>	<b>19</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>5</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929



TABELA 4

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1922															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SACRAMENTO	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	2	1	3	1	1	1	8	-	-	1	1	-	-	1	1
ESPÍRITO SANTO	-	2	1	1	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	1	-	-	1	2	-	1	2	1	1	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	-	-	-	2	-	3	2	-	-	1	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	2	2	1	1	-	-	3	-	-	2	1	-	-	-	-
MÉIER	3	2	2	-	-	-	7	-	-	1	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	-	-	-	4	5	-	-	-	1	-	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	8	1	1	-	-	-	13	4	-	3	10	8	-	15	3
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>54</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>11</b>	<b>16</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>5</b>

FONTES: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 5

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1923															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	-	-	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-	-	-
SANTANA	4	5	6	-	1	2	7	-	1	6	1	-	-	1	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GAMBOA	1	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	1	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	-	2	-	-	1	1	-	1	-	1	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	1	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
TIJUCA	-	2	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	1	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	1	-	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	1	-
MÉIER	-	-	-	-	-	3	5	-	1	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	1	-
IRAJÁ	-	1	2	-	-	1	4	1	1	-	4	-	-	1	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	1	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
SEM LOCALIZAÇÃO	3	2	1	1	2	-	13	4	-	4	3	2	-	3	-
TOTAL	9	10	12	2	5	8	50	7	5	12	11	3	0	12	0

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 6

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1924															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	-	-	-	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	1	1	-	-	-	3	-	-	2	-	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	2	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	-	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	-	-	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	2	-	-	-	-	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-
MÉIER	-	2	1	-	1	1	2	1	-	-	1	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	2	1	-	-	1	-	1	-	1	-	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
GUARATIBA	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	1	1	2	-	-	-	3	-	-	-	2	6	-	3	-
<b>TOTAL</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>1</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 7

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1925															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	1	1	-	-	-	5	-	-	1	1	-	-	1	-
ESPÍRITO SANTO	-	2	-	-	-	-	4	-	-	-	-	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	2	2	-	-	1	6	-	-	-	1	-	-	1	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	1	-	1	1	-	-	1	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	1	1	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	-	-	-	-	-	5	-	-	-	1	-	-	1	-
ENG. NOVO	1	2	1	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	-	2	2	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-
MÉIER	1	2	2	-	-	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	1	1	-	-	-	1	5	-	-	-	1	1	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARATIBA	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-
ILHAS	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	5	3	2	-	1	4	8	2	-	1	6	3	-	2	-
TOTAL	9	17	12	0	3	13	48	6	1	2	13	5	0	6	0

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 8

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1926															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	2	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO	-	1	-	-	-	3	-	-	-	3	1	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
LAGOA	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉIER	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	1	2	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 9

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1927															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉIER	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	1	-	-	-	-	-	1	1	2	-	-	1	-	4	-
<b>TOTAL</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>0</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

TABELA 10

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA - 1928															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
TIJUCA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉIER	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARATIBA	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	-	-	-	-	-	2	3	-	-	-	-	-	-	1	-
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

TABELA 11

LOCALIZAÇÃO X NATUREZA DA QUEIXA – 1929															
DISTRITOS	POLÍCIA E F. ARMADAS	VÁRIOS E DESOCUPADOS	MORALIDADE PÚBLICA	VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E CRIANÇAS	LUZ	ÁGUA	SANEAMENTO E LIMPEZA PÚBLICA	MEIOS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE	PEDIDOS DE OBRAS E PROVIDÊNCIAS	HABITAÇÃO	COMÉRCIO E SERVIÇOS	SALÁRIO E RELAÇÕES DE TRABALHO	CANDOMBLÉS E CENTROS ESPIRITAS	OUTROS	ILEGÍVEIS
CANDELÁRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA RITA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SACRAMENTO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTO ANTÔNIO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO JOSÉ	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA TERESA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTANA	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1	1	-	-	-	1
ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-	2	-	-	-	1	-	-	-	-	-
GAMBOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GLÓRIA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LAGOA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
GÁVEA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
COPACABANA	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. VELHO	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ANDARAÍ	-	-	-	-	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-
TIJUCA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENG. NOVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SÃO CRISTÓVÃO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MÉIER	1	-	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-
INHAÚMA	-	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
IRAJÁ	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	2	-
JACARÉPAGUA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CAMPO GRANDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
GUARATIBA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SANTA CRUZ	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-
ILHAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SEM LOCALIZAÇÃO	1	-	-	-	-	-	7	2	-	-	-	1	-	4	15
<b>TOTAL</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>16</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>16</b>

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

Para simplificarmos mais esta análise minuciosa apresentada anteriormente nestas dez tabelas, propomos uma tabela com o total de queixas por freguesias em cada ano da década de 1920.



TABELA 12

TOTAL DE QUEIXAS POR FREGUESIA – 1920-1929											
ANO	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	TOTAL
FREGUESIA											
CANDELÁRIA	5	0	0	0	1	2	0	0	0	0	8
SANTA RITA	11	0	1	1	1	0	0	0	0	0	14
SACRAMENTO	2	1	2	0	0	0	0	0	0	0	5
SANTO ANTÔNIO	5	1	0	0	1	0	1	0	0	0	8
SÃO JOSÉ	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
SANTA TERESA	3	3	4	3	2	1	1	1	1	0	19
SANTANA	42	17	20	34	7	10	5	2	3	5	145
ESPÍRITO SANTO	19	19	9	0	5	6	8	3	2	3	74
GAMBOA	11	11	9	5	0	1	1	0	1	0	39
GLÓRIA	3	1	0	2	2	0	1	0	0	0	9
LAGOA	13	10	1	6	4	13	2	0	0	1	50
GÁVEA	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
COPACABANA	2	0	0	4	0	0	0	0	0	1	7
ENG. VELHO	20	3	0	2	1	4	2	0	0	1	33
ANDARAÍ	13	5	2	2	1	7	0	0	0	2	32
TIJUCA	23	9	8	7	6	7	3	0	2	0	52
ENG. NOVO	7	4	2	1	0	6	0	0	0	0	20
SÃO CRISTÓVÃO	20	17	12	5	4	7	0	3	0	0	68
MÉIER	19	16	15	9	9	10	1	0	1	4	84
INHAÚMA	9	7	2	3	0	2	0	0	0	2	25
IRAJÁ	14	18	10	15	6	10	0	2	1	5	81
JACARÉPAGUA	3	11	2	2	0	1	0	0	1	0	20
CAMPO GRANDE	6	5	2	2	2	4	2	1	0	0	19
GUARATIBA	3	1	0	2	3	3	0	0	1	0	13
SANTA CRUZ	4	0	0	2	2	2	3	1	0	1	15
ILHAS	1	0	2	1	1	2	0	0	0	0	7

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

Percebemos ao longo destes dez anos uma maior concentração de demandas na região do centro do Rio de Janeiro, especificamente na Freguesia de Santana com 145 queixas. Este distrito compreendia uma área que após a Reforma Pereira Passos – reforma esta que produziu uma série de transformações no centro carioca, e muitos dos residentes dali tiveram que se mudar para outras freguesias do Rio –, teve seu contingente ampliado substancialmente enquanto nas outras áreas do centro diminui. Com o aumento populacional no distrito de

Sant'ana, ampliou-se também o número de queixas provenientes daquela localidade referentes a cortiços e problemas com saneamento.

### ILUSTRAÇÃO 6



FONTE: Foto de Augusto da Malta. Praça Onze década de 20 do século XX delimitada pelas ruas de Santana (a leste), Marquês de Pombal (ao oeste), Senador Euzébio (ao norte) e Visconde de Itaúna (ao sul), Ver: <http://www.alpheratz.org/index2.php?page=rio> Acessado em: 1/12/2010 às 00:23h.

Estas ruas apontadas na figura acima, receberam muitas queixas referentes à Saneamento Básico e problemas com habitação. (Ver Capítulo 2)

**ILUSTRAÇÃO 7**

FONTE: Foto de Augusto da Malta. Praça Onze, década de 1920. Ver: <http://sounaturaldorio.multiply.com/photos/album/11/11#photo=1> Acessado em: 1/12/2010 às 00:42h.

O autor de *As queixas do Povo* catalogou suas queixas segundo a região à qual cada freguesia pertencia na década de 1910. Eduardo Silva desmembrou a cidade do Rio em três zonas: Centro, Zona Sul e Zona Norte, descartando assim as queixas sem localização. Conforme podemos analisar no quadro a baixo:

## QUADRO 10

QUADRO 8  
% DE QUEIXAS SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO  
GEOGRÁFICA

ZONA *	1900	1905	1910
Centro	59,9	41,7	47,8
Sul	8,6	9,3	11,9
Norte	31,4	48,9	40,1

Fonte: Ver Quadro 1.

\* Adotamos a seguinte divisão: 1) Zona Centro: Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Sto. Antônio, Sta. Tereza, Sant'Ana, Gamboa, Espírito Santo; 2) Zona Sul: Glória, Lagoa, Gávea; 3) Zona Norte: São Cristóvão, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca, Eng. Novo, Méier, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz, Ilhas. As queixas sem localização geográfica precisa ou que não se referem à cidade do Rio de Janeiro foram eliminadas.

Neste quadro percebemos o maior número de queixas na região do Centro do Rio. Para Eduardo Silva:

“A expansão do centro para a periferia pode ser observada no Quadro 8. A evolução parece ser no sentido de uma maior concentração nos distritos da zona sul e, principalmente, da zona norte. Apesar dessa tendência, os pontos nevralgicos da cidade continuarão localizados nos velhos e apertados distritos do centro da cidade<sup>280</sup>.”

Se em 1910 as queixas se concentravam na região do centro do Rio, não podemos dizer o mesmo da década de 1920.

## TABELA 13

Queixas por região (1920-1929)											
ZONA	1920	1921	1922	1923	1924	1925	1926	1927	1928	1929	TOTAL
Centro	98	54	45	35	18	20	16	6	7	8	307
Sul	30	10	2	12	6	13	3	0	2	2	80
Norte	141	96	56	53	38	65	11	7	6	15	488

FONTE: Jornal do Brasil, Coluna *Queixas do Povo*, Rio de Janeiro, 1920-1929

<sup>280</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.99

Estas zonas foram delimitadas da seguinte forma: por Centro, compreendemos as freguesias da Candelária, Sta. Rita, Sant'ana, Sacramento, São José, St. Antônio, Sta. Teresa, Gamboa e Espírito Santo; por Sul: Glória, Lagoa, Gávea e Copacabana; Por Norte: São Cristóvão, Engenho Velho, Engenho Novo, Andaraí, Tijuca, Méier, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Santa Cruz e as Ilhas.

A partir do Quadro 23 podemos inferir sobre o aumento das queixas oriundas da zona norte em contraposição com as de 1910. Como o próprio Eduardo Silva sugeriu, a expansão do centro para a periferia já era percebida na década de 10 do século XX, e nos anos 1920 vemos a mesma se concretizar, a partir do aumento do número de queixas daquela região.

Ao longo deste capítulo podemos avaliar as mudanças e as permanências do que era questionado na coluna *Queixas do Povo* de 1910, como analisou Eduardo Silva, para 1920, como foi proposto neste trabalho.

## CONCLUSÃO

Na República, proclamada em 1889, várias foram as propostas divulgadas na fase da propaganda que não se concretizaram. Talvez a mais importante delas tenha sido a de alargamento na participação política e, conseqüentemente, de ampliação da cidadania.

A despeito das exclusões introduzidas pelo modelo político de república vitorioso, contudo, os moradores da cidade, sobretudo os que não preenchiam os requisitos para a qualificação de eleitores, exerceram uma importante prática política em outros espaços, conforme buscamos mostrar nesse trabalho. A imprensa, chamada na época de Quarto Poder da República, foi uma delas.

Trabalhamos aqui especificamente com a coluna Queixas do povo, do Jornal do Brasil, ao longo da década de 1920, considerando a importância deste espaço para a população. Isto porque a população poderia gratuitamente expor suas reclamações, por cartas ou se dirigindo à redação do referido jornal. Tais características justificam a nossa escolha, e a grande importância deste espaço para a construção da cidadania, ainda que de forma incipiente por parte dos cidadãos cariocas.

Nosso objetivo foi analisar a atuação desta população no que se refere à reivindicação de soluções para problemas do cotidiano da cidade, a fim de inferir sobre qual o significado conferido à ideia de cidadania por parte daqueles que utilizavam a referida coluna seus anseios. Sustentamos que a prática destes cidadãos, ao utilizarem esse espaço da imprensa, espelhava uma determinada concepção do papel do Estado e do que consideravam direitos adquiridos.

Ao trabalharmos com um universo de um mil e cinqüenta e uma queixas, pudemos então sustentar nossa hipótese central de que ao se dirigirem ao Jornal do Brasil e se queixarem de distintos problemas, tais como saneamento e limpeza pública, polícia e forças armadas, vadiagem, falta d'água, luz, problemas com habitações, dentre outros, a população possuía sim uma concepção do que deveria ser o papel do Estado, uma vez que a existência de uma queixa pressupõe a existência de um entendimento por parte dos queixosos do que viria a

ser uma obrigação que não foi cumprida. Assim o exercício da cidadania se deu ao longo dos anos 1920, dentre outras formas, através da coluna *Queixas do povo*.

Em nosso capítulo inicial desenhamos o nosso cenário, a cidade do Rio de Janeiro, que foi o palco onde foram vivenciadas todas estas reclamações. Justificamos nossa escolha, em termos de recorte espacial, bem como o recorte cronológico adotado – a década de 1920.

Já no segundo capítulo, tratamos de nosso corpo documental, isto é, a coluna *Queixas do Povo* do Jornal do Brasil. Neste estudo, catalogamos um total de um mil e cinqüenta e uma queixas, referentes às edições do jornal a partir de 1920 até 1929. Nele mostramos que grande parte das queixas foram elaboradas nos anos iniciais daquela década<sup>281</sup> e que, a partir de 1926, o número de queixas publicadas no jornal caiu consideravelmente, sendo este panorama alterado apenas em 1929, quando se verifica uma nova alta das queixas.

Mediante tal quadro, levantamos algumas hipóteses para compreender tal realidade. Conforme indicamos, acreditamos ser provável que, a partir de 1923, no governo de Arthur Bernardes – período vivenciado em Estado de Sítio – a população possa ter enfrentado dificuldades em se dirigir ao jornal; também é possível que a população tenha escolhido outro canal para expressar suas reclamações ou, na melhor das hipóteses, tenha ocorrido uma melhora no que tradicionalmente era alvo de reclamações.

Estruturamos este capítulo com um grupo de queixas que exemplificava nossa abordagem segundo alguns quesitos relacionados à natureza da demanda (Tabela 1 - Capítulo 2). Constatou-se que o grande campeão de reclamações eram os problemas de Saneamento e Limpeza Pública, recebendo um total de 335 queixas. (Ver Gráfico 3 – Capítulo 3). Tal realidade demonstra a grande carência de infra-estrutura da cidade do Rio de Janeiro na época, que gerava muitos transtornos à população cidadina, inclusive doenças.

Em nosso capítulo 3, sugerimos um estudo comparativo com outra obra que também abordou esta coluna por nós utilizada, privilegiando a década anterior à nossa. Trata-se do trabalho de Eduardo Silva,<sup>282</sup> que utilizou a técnica da amostragem, selecionando apenas o mês de abril em sua pesquisa dos anos de 1900, 1905 e 1910. Desta forma, com um universo de três meses de queixas catalogadas, totalizando 603 demandas, pudemos perceber o quanto o número de queixas havia diminuído de uma década para outra, considerando-se que em dez anos completos de jornal foram produzidas 1.051 queixas. Isto demonstra que em apenas três

---

<sup>281</sup> Destacamos que os dados referentes ao ano de 1923 não contém a análise dos meses de março e abril devido à indisponibilidade do microfilme na Biblioteca Nacional, pois os mesmos encontravam-se em restauração.

<sup>282</sup> SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

meses da década de 1910 foram produzidas pouco mais de 50% do total catalogado em toda a década de 1920.

Esta queda significativa pode ser associada a alguns fatores. Talvez a população carioca tenha procurado outros espaços para dirigir suas demandas ao longo da década de 1920. Devemos considerar também a possibilidade de, no mesmo período, outros Jornais terem oferecido um espaço semelhante ao disponibilizado pelo Jornal do Brasil.

No capítulo 3 seguimos também a análise sugerida por Silva, quanto ao nível de organização dos queixosos. Averiguamos se as queixas eram elaboradas em grupo, ou se apenas representavam interesses individuais. No período de 1910 o autor se deparou com um grande número de queixas individuais, porém, apontou para um número crescente de queixas organizadas em grupo (Ver Quadro 5 – Capítulo 3).

Já através de nossas queixas, pudemos confirmar a afirmativa de Silva relativas ao crescimento de queixas organizadas em grupo, o que se verificou mais atuante em 1920 (Ver Quadro 6 – Capítulo 3)

Por fim, relacionamos as queixas segundo sua freguesia e, em seguida, segundo a região na cidade do Rio de Janeiro, como foi proposto por Eduardo. Desta forma pudemos perceber que, na década de 1920, houve uma maior concentração de demandas na região do centro do Rio de Janeiro, especificamente na Freguesia de Santana, com 145 queixas (Ver Tabela 12 – Capítulo 3). Quanto à 1910, Eduardo Silva destacou esta mesma localização das queixas. Segundo o autor, em 1900 o maior número de queixas eram localizados nas freguesias centrais<sup>283</sup>. Sant'ana (27 queixas) foi a freguesia que mais recebeu queixas naquele ano. Em 1905, houve uma pequena mudança, sendo então o subúrbio de Inhaúma (22) o mais atuante quanto à produção de demandas, e, por fim, em 1910, os distritos centrais retornaram como sendo os mais questionados, novamente sendo a freguesia de Sant'ana a campeã (12).

Para uma análise mais minuciosa como esta feita por Eduardo, agrupamos também por região as queixas produzidas, em função de termos um maior número de queixas. Se em 1910 as queixas se concentravam na região do centro do Rio (Ver Quadro 10 – Capítulo 3), não podemos dizer o mesmo da década de 1920. Percebemos um aumento das queixas oriundas da zona norte (Ver Tabela 13 – Capítulo 3), em contraposição às de 1910. Tal realidade

---

<sup>283</sup> O autor entende por distritos centrais o grupo constituído pelas freguesias da Candelária, Santa Rita, Sacramento, São José, Sto. Antônio, Sta. Tereza, Sant'ana, Gamboa e Espírito Santo.



sustentou a afirmativa de Silva a respeito da expansão do centro para a periferia<sup>284</sup> que já era percebida na década de 1910 do século XX, e foi intensificada a partir de então .

Estes foram os quesitos escolhidos para serem comparados com o trabalho de Eduardo Silva. Destacamos que não optamos por traçar o perfil de queixosos analisando-os em dois grandes blocos como foi proposto por Eduardo – esfera de produção, queixas de trabalhadores, e esfera do consumo, queixas de moradores<sup>285</sup> – em virtude da limitação que tal escolha produz. Traçar o perfil dos queixosos constitui uma tarefa muito difícil, em virtude das poucas informações fornecidas nas demandas. As queixas apresentam apenas indícios e não informações completas a ponto de se estabelecer um perfil aproximado.

Para finalizar, com base no que foi apresentado nessa monografia, acreditamos ter reunido indícios suficientes para sustentar a hipótese central desse estudo relativa à atuação da população carioca. Ou seja, a de que ainda que excluídos de participação política no campo formal, a população carioca, esteve diariamente demandando ao Estado o que concebiam como papel daquele. Para além de momento de crise, ou de quebra do pacto informal, o que verificamos ao analisarmos tais queixas é uma população ativa, é um exercício diário de cidadania por parte da população carioca ao longo da década de 1920.

---

<sup>284</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.99

<sup>285</sup> SILVA, E. *op. cit.*, p.52

## FONTES

### I. Periódicos – Biblioteca Nacional – Divisão de Periódicos)

- Jornal do Brasil – 1920-1920 – (PRC-SPR 00009)
- Censo de 1920

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### I. Monografias

BASILE, Marcello Otávio Neri de Campos. *A cidadania emergente e o avesso da civilização e da ordem: problemas cotidianos urbanos e clamor público na Corte do Rio de Janeiro (1840-1850)*. Rio de Janeiro – IFCS – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

### II. Dissertações

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *A encenação da questão da higiene: o Conselho Municipal como teatro (Rio de Janeiro, 1892-1902)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1999

### III. Teses

MAGALHÃES, Marcelo de Souza. *Ecos da Notícia: A capital federal, 1892-1902*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2004

#### IV. Livros e artigos

- ABREU, Alzira Alves de. (Org.) *Caminhos da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. pp.9-12
- BASTOS, Aurélio Wander. O poder e as leis: a dominação eleitoral na Primeira República. In: LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil (org.). *O balanço do poder: formas de dominação e representação*. Rio de Janeiro: Rio Fundo/IUPERJ, 1990.
- BECKER, Antonio. *Constituições Brasileiras de 1824 a 1988*. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004. Vol.1 pp.25-42
- BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinelli (Dir.). *Para uma História cultural*. Lisboa: Editorial Estampa 1998.
- CARVALHO, Carlos Delgado de. *História da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. pp. 71-107
- CARVALHO, *Cidadania no Brasil: Um longo percurso*. 11ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- \_\_\_\_\_. *O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras?* In: *Revista do Rio de Janeiro*. Niterói, vol.1, n.º. 3, mai/ago.1986, pp.5-15.
- \_\_\_\_\_. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- FALCON, Francisco J.C.. O Rio de Janeiro como objeto historiográfico. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol.15, n.º.30, 1995, pp. 63-75

FERREIRA, Marieta de Moraes. A nova 'velha história': o retorno da história política. In:

*Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.º 10, 1992, pp. 265- 271.

\_\_\_\_\_. (Coord.). *Rio de Janeiro: Uma cidade na história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000

\_\_\_\_\_. A nova 'velha história': o retorno da história política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.5, n.º 10, 1992, pp. 265- 271.

\_\_\_\_\_. & Gomes, Ângela de Castro. Primeira República: Um balanço historiográfico. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: Vértice, vol.1, n.º 4, 1989, pp. 244-280.

FERREIRA ROSA, João da Costa. *Rio de Janeiro em 1922-1924*. Rio de Janeiro: Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1978

FREIRE, Américo Oscar Guichard. Campos Sales e a República Carioca. In: *Locus: Revista de História*. Juiz de Fora, vol.2, n.º 1, pp.9-20.

\_\_\_\_\_. *Uma capital para a República: Poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada do século XX*. Rio de Janeiro: Revan, 2000

\_\_\_\_\_. & SARMENTO, Carlos E. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 13, n.º 24, 1999, pp. 295-322.

LOBO, Eulália Maria L. Historiografia do Rio de Janeiro. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol.15, n.º30, pp. 45-62, 1995.

MORALES DE LOS RIOS, Adolpho. O Rio de Janeiro da República 1889-1922. In:

*Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, vol. 276, jul./set., 1967.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *Cidadania, cor e disciplina na Revolta dos Marinheiros*

*de 1910*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008

PINTO, Surama Conde Sá. A problemática da cidadania na Primeira República Brasileira. In:

*Revista de História*, Vitória: EDUFES, n.º 8, 1999, pp. 41 – 65.

REMOND, René. Porque a história política. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de

Janeiro, vol.7, n.º.14, 1994, pp. 7-19.

\_\_\_\_\_. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

RIBEIRO, Gladys Sabina. “O Povo na Rua e na Justiça, a Construção da Cidadania e Luta por Direitos: 1889-1930” In: SAMPAIO, Maria da Penha Franco BRANCO, Maria do

Socorro C. LONGHI, Patrícia. *Autos de memória: a história brasileira no Arquivo da Justiça Federal, Tribunal Regional Federal – Rio de Janeiro*, 2006.

SANTOS, Francisco Agenor Noronha. *Acerca da organização municipal e dos*     prefeitos do

Distrito Federal. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas O Globo, 1945.

\_\_\_\_\_. *Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Inelivro, 1981, pp.

231-235.

SILVA, Eduardo. *As queixas do Povo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SOUSA, José Pedro Galvão de, 1912-1992. Dicionário de Política / José Pedro Galvão de Sousa, Clovis Lema Garcia, José Fraga Teixeira de Carvalho. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998. pp.92-93

VELLOSO, Mônica Pimenta. A cidade-voyeur: o Rio de Janeiro visto pelos paulistas. Revista Rio de Janeiro, Niterói. Vol.1 n.º 4, pp. 55-65, 1986